

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2021/2022



TII

**A ATUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA OPERAÇÃO
COVID-19: UM ESTUDO DE CASO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Soraia Emília Amin dos Santos
MAJOR FAB (BRA)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A ATUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA
OPERAÇÃO COVID-19: UM ESTUDO DE CASO**

MAJOR FAB (BRA) Soraia Emília Amin dos Santos

Trabalho de Investigação Individual CEMC 2021/2022

Orientador: Tenente-Coronel Eng^{el} Luís Miguel da Costa Telha

Pedrouços 2022



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Soraia Emília Amin dos Santos**, declaro por minha honra que o documento intitulado **A Atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19: um estudo de caso** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2021/2022** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **04 de maio de 2022**

Soraia Emília Amin dos Santos



Agradecimentos

Aos meus filhos, Davi e Matheus, por terem demonstrado tanta força, coragem e resiliência para suportar a ausência física da mãe, me apoiando incondicionalmente durante toda a missão e mostrando que tudo valeu à pena e que minha família será sempre meu ponto de partida e meu eterno ponto de chegada. E por não se esquecerem que “a mamãe ama vocês mais que tudo nessa vida e que vocês são muito importantes para mim, não importa onde estejam”. Ao meu esposo Emanuel, por ter me apoiado, me incentivado, ter compreendido que a realização do Curso de Estado-Maior Conjunto no IUM representava uma grande oportunidade de crescimento profissional e pessoal, que não poderia ser desperdiçada. Agradeço, ainda, por ter conduzido a educação e os cuidados com os miúdos, de maneira tão exemplar e abnegada.

Às minhas camaradas que, ao meu lado, integravam o grupo das “Miúdas do CEMC 2021-2022”, por terem sido a minha família e o meu suporte ao longo desta empreitada, acolhendo-me com muito carinho e amizade. Aos demais camaradas de curso, pela amizade, respeito e pela valiosíssima troca de ideias e experiências, tornando ainda mais fortes as relações de amizade entre os militares brasileiros e os portugueses.

Ao Instituto Universitário Militar, na figura do seu Comandante, o Tenente-General Martins Pereira, na pessoa de quem agradeço a todos que contribuíram e viabilizaram minha formação e aprimoramento profissional nesta casa, especialmente pela interação e convivência harmoniosa proporcionadas pelo Sr. Diretor do Curso, pelo seu corpo docente e pelos demais militares e funcionários civis.

À Força Aérea Brasileira, pela confiança e deferência demonstradas ao me escolher para representar a componente aérea brasileira no CEMC 2021-2022. Ao Sr. Coronel Aviador Regis, do COC/MD, ao Sr. Tenente-Coronel Intendente Emanuel, do GAP-MN, ao Sr. Major Aviador Marangon, da Ala 8 e ao Sr. Capitão Aviador Danilo, do COMAE pelas relevantes e valiosas entrevistas, prontamente concedidas, que facilitaram sobremaneira a compreensão dos diversos aspectos afetos ao tema e enriqueceram esta investigação.

Ao meu orientador, o Sr. Tenente-Coronel Luís Miguel da Costa Telha, pela colaboração para a conclusão deste trabalho.

Por fim, deixo para reflexão as palavras que representam muito bem minha breve, porém riquíssima estada em Portugal: “Você nunca sabe o que a maré vai te trazer” (O Náufrago).



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento concetual e metodológico	5
2.1 Ações Humanitárias	5
2.2 Logística	6
2.3 Modelo de análise	7
2.4 Metodologia e método	7
2.3.1 Metodologia	7
2.3.2 Método	8
3 Operação COVID-19	10
3.1 Contextualização.....	10
3.2 A Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19	12
3.2.1 Estrutura e características	12
3.2.2 Logística	14
3.2.3 Aspetos positivos.....	17
3.2.4 Constrangimentos	18
3.3 Síntese Conclusiva.....	19
4 Operações de Suporte e Operações Humanitárias	21
4.1 Contextualização.....	21
4.2 Principais atuações da Força Aérea Brasileira.....	21
4.2.1 Catástrofes Naturais e Desastres.....	21
4.2.2 Operação Acolhida	23
4.2.3 O caso do Haiti	25
4.3 Síntese Conclusiva.....	25
5 Apresentação dos dados e discussão dos resultados: contributos para a criação de um protocolo padrão	27
5.1 A importância dos protocolos	27
5.2 Protocolos para atuação em Ações Humanitárias.....	28
5.2.1 Organização das Nações Unidas	28
5.2.2 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	29
5.2.3 Protocolos Brasileiros	30



5.3 Protocolo para operações de suporte e operações humanitárias na FAB	31
6 Conclusões	34
Referências Bibliográficas	39

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Entrevista Coronel Aviador Regis (COC/MD)	Apd B-1
Apêndice C – Entrevista Tenente-Coronel Intendente Emanuel (GAP-MN)	Apd C-1
Apêndice D – Entrevista Major Aviador Marangon (Ala 8).....	Apd D-1
Apêndice E – Entrevista Capitão Aviador Danilo (COMAE).....	Apd E-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura da Operação COVID-19	11
Figura 2 – Fases das estruturas das Ações Humanitárias	29

Índice de Quadros

Quadro 1 – Participantes das entrevistas	8
Quadro 2 – Comandos Conjuntos e regiões de responsabilidade.....	11
Quadro 3 – Principais tarefas executadas pelas FFAA na Operação COVID-19	12
Quadro 4 – Características do Poder Aeroespacial	13
Quadro 5 – Principais missões da FAB na Operação COVID-19.....	16
Quadro 6 – Dados estatísticos das missões da FAB na Operação COVID-19.....	17
Quadro 7 – Principais Operações de Suporte e Operações Humanitárias.....	22
Quadro 8 – Modelo de Análise	Apd A-1
Quadro 9 – Guião da entrevista do Coronel Aviador Regis.....	Apd B-1
Quadro 10 – Guião da entrevista do Tenente-Coronel Emanuel.....	Apd C-1
Quadro 11 – Guião da entrevista do Major Aviador Marangon.....	Apd D-1
Quadro 12 – Guião da entrevista do Capitão Aviador Danilo.....	Apd E-1



Resumo

O objeto de estudo deste trabalho é a atuação da Força Aérea Brasileira (FAB) no apoio ao combate ao novo Coronavírus, nomeadamente, na Operação COVID-19.

O método utilizado abrangeu a recolha de dados, a qual incidiu, numa primeira fase, na análise documental de legislação enquadrante, normativos internos e doutrina da FAB, do Ministério da Defesa Brasileiro e das Forças Armadas Brasileiras, além de produções científicas sobre o assunto e publicações mediáticas, servindo para aprofundar o conhecimento acerca do tema. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

Como principais resultados obtidos, foram identificadas e analisadas as características de atuação da FAB na Operação COVID-19 e em outras Operações de Suporte e Operações Humanitárias, nomeadamente, nos casos de enchentes e rompimento de barragens em diversos Estados brasileiros, na Operação Acolhida e na Missão para estabilização e reconstrução do Haiti. Na Operação COVID-19, destacaram-se as características do Poder Aeroespacial, tendo sido, ainda, caracterizada como uma operação logística de grande vulto.

Concluiu-se que estes casos justificam, possibilitam e contribuem substancialmente para a criação de um protocolo de atuação da FAB em casos relacionados às Ações Humanitárias, considerando o vulto de recursos humanos e materiais empregues em cada uma das situações, especialmente, na Operação COVID-19.

Palavras-chave:

Força Aérea Brasileira, Operação COVID-19, Operações Humanitárias, Operações de Suporte.



Abstract

The object of study of this work is the action of the Brazilian Air Force (FAB) in supporting the fight against the new Coronavirus, namely in Operation COVID-19.

The method used included data collection, which focused, in the first phase, on the documental analysis of framing legislation, internal regulations and doctrine of the FAB, the Brazilian Ministry of Defense and the Brazilian Armed Forces, as well as scientific productions on the subject and media publications, serving to deepen knowledge about the subject. Subsequently, semi-structured interviews were conducted.

As main results obtained, the characteristics of fab's performance in Operation COVID-19 and other Support Operations and Humanitarian Operations were identified and analyzed, namely in the cases of floods and dam disruption in several Brazilian states, in Operation Welcome and in the Mission for stabilization and reconstruction of Haiti. In Operation COVID-19, it stands out as characteristics of the Aerospace Power, and was also characterized as a major logistics operation.

It was concluded that these cases justify, enable and contribute substantially to the creation of a protocol of action of the FAB in cases related to Humanitarian Actions, considering the amount of human and material resources used in each of the situations, especially in Operation COVID-19.

Keywords:

Brazilian Air Force, Operation COVID-19, Humanitarian Operations, Support Operations.



Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos

C

CCj	Comandos Conjuntos
CCj Amz	Comando Conjunto Amazônia
CCLM	Centro de Coordenação de Logística e Mobilização
CCOMSEX	Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro
CEMC	Curso de Estado-Maior Conjunto
COC	Centro de Operações Conjuntas
COMAE	Comando de Operações Aeroespaciais
COMAER	Comando da Aeronáutica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa

D

DTCEA-PCO	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Pico do Couto
-----------	---

E

EB	Exército Brasileiro
----	---------------------

F

FAB	Força Aérea Brasileira
FFAA	Forças Armadas Brasileiras
FS	Forças Singulares

G

GAP-MN	Grupamento de Apoio de Manaus
--------	-------------------------------

H

H Camp	Hospitais de Campanha
--------	-----------------------

I

IUM	Instituto Universitário Militar
-----	---------------------------------

L

LC	Lei Complementar
----	------------------

M

MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa Brasileiro
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MS	Ministério da Saúde



O

OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

P

PAHO	<i>Pan American Health Organization</i>
PND	Política Nacional de Defesa
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil do Brasil

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

S

SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil
--------	----------------------------------

T

TII	Trabalho de Investigação Individual
-----	-------------------------------------

U

UNOCHA	<i>United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo



1. Introdução

A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia (*Pan American Health Organization* [PAHO], 2020a)¹. A PAHO (2020a) refere ainda que essa decisão buscou aperfeiçoar “a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus”, levando a que, a partir de então, o mundo inteiro se reinventasse e se adaptasse à nova realidade, adotando medidas para erradicação e combate à nova doença.

Na senda deste desiderato, o Ministério da Defesa Brasileiro (MD) aprovou a Diretriz Ministerial de Planejamento n.º 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, regulamentando o emprego das Forças Armadas Brasileiras (FFAA) na atuação conjunta com o Governo Federal com o objetivo de mitigar as consequências do surto do novo Coronavírus (Ministério da Defesa [MD], 2020, cit. por Prazeres, 2021, p. 41). Na sequência, o Governo Federal decretou o estado de calamidade pública no Brasil e acionou o MD para coordenar e planejar o emprego das FFAA no combate à COVID-19 (MD, 2020, cit. por Prazeres, 2021, p. 41).

A partir de então, a 20 de março de 2020, iniciou-se a OPERAÇÃO COVID-19, tendo sido ativado o Centro de Operações Conjuntas (COC), em Brasília, para atuar na coordenação e no planejamento do emprego das FFAA no combate ao vírus (MD, 2020a). O Exército Brasileiro (EB), a Marinha do Brasil (MB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) se fizeram presentes na Operação COVID-19, a partir da sua criação, deixando disponíveis todos os seus recursos humanos e materiais para serem empregues em todas as ações demandadas pelo governo federal, para erradicação e apoio ao combate ao novo vírus (MD, 2020a).

Na senda deste desiderato, há de se considerar que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, a FAB aparece como figura de destaque, especialmente no contexto da pandemia, tendo como principal vetor de apoio o meio aéreo (Comando da Aeronáutica [COMAER], 2020).

O EB descreve com maestria a complexidade da Operação COVID-19, ao caracterizar a dimensão da logística da ação que se iniciava:

A complexidade do planejamento e da execução da operação advém de várias considerações, entre elas, a dimensão física do Brasil e a distribuição da população pelo território. Enquanto a Organização do Tratado do Atlântico

¹ Organização Pan-Americana de Saúde.



Norte, a mais poderosa aliança militar da atualidade é composta por 30 países membros, engloba quase todo o continente europeu, com aproximadamente 4,7 milhões de Km² de área, excluindo-se os Estados Unidos da América e o Canadá, o Brasil possui, sozinho, 8,5 milhões de Km². Tal comparação já demonstra um dos óbices a ser superado, o esforço a ser despendido e a capacidade do poder militar brasileiro. (Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro [CCOMSEX], 2020, 4º parágrafo)

Nesse viés, a atuação da FAB na logística da Operação COVID-19 contribuiu sobremaneira para a manutenção da cadeia de suprimento, proporcionando a disponibilização dos insumos em hora, local e condições apropriadas para o “consumidor final”, cumprindo a missão logística estabelecida. Tudo isso, atrelado à racionalidade dos recursos, prontidão operacional e atendendo à função subsidiária das FFAA estabelecida na Lei Complementar (LC) n.º 117/2004, de 02 de setembro², que alterou a LC n.º 97/1999, de 09 de junho (LC n.º 117/2004, de 02 de setembro).

Diante de todo o exposto anteriormente, a análise da atuação da FAB na Operação COVID-19 mostra-se justificável, interessante, oportuna e coerente com os conhecimentos e assuntos abordados no Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) do Instituto Universitário Militar (IUM), inserindo-se no âmbito do planejamento operacional, bem como, na doutrina de emprego das Forças Armadas, mais especificamente, da FAB.

O objeto de estudo deste trabalho é a Operação COVID-19. Devido à abrangência e eventual subjetividade sugerida pelo objeto de estudo, impõe-se uma delimitação em três domínios: tempo, conteúdo (atores e instrumentos) e espaço (Santos & Lima, 2019).

No tempo, o estudo é delimitado ao período de 2010 até a atualidade, considerando o estudo de Ações de Suporte e de Ações Humanitárias em que a FAB atuou, com especial foco no período de março/2020 a setembro/2021, quando ocorreu a Operação COVID-19, contemplando seu início e os dados fornecidos pelo Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)³. Delimita-se ainda o conteúdo à atuação da FAB e os instrumentos, aos principais meios e recursos utilizados e transportados pela Força na Operação COVID-19. Quanto ao espaço, delimita-se ao território brasileiro.

² Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República (LC n.º 117/2004, de 02 de setembro).

³ Comando Operacional Conjunto, ativado permanentemente, com sede no Distrito Federal e é o órgão central do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, sendo de sua competência, dentre outras atribuições, planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar o emprego do Poder Aeroespacial (MD, 2020b, p. 61).



Nesse contexto, estabeleceu-se como Objetivo Geral (OG) do presente trabalho: “Propor contributos para a criação de um protocolo para atuação da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias”.

De forma a conseguir cumprir com o OG da investigação, é necessário atingir os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE1 Analisar a atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19.

OE2 Analisar as principais atuações da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias desde 2010.

Após a identificação dos OG e OE da presente investigação, concretizou-se a problemática de investigação através da formulação da Questão Central (QC) e das Questões Derivadas (QD).

A QC, que concorre diretamente para o OG, da investigação é: “Quais os contributos da atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19 para a criação de um protocolo para atuação da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias?”.

A QC foi decomposta em duas QD, cada uma concorrendo diretamente para o OE correspondente, e que servirão como elementos orientadores da investigação.

QD1 Como se caracterizou a atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19?

QD2 Quais as principais atuações da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias desde 2010?

Em termos de organização, o trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro composto por esta introdução, na qual são apresentados o enquadramento e a justificação do tema, o objeto e a delimitação do estudo, os objetivos da investigação, bem como as Questões Central e Derivadas e a organização do trabalho. O segundo capítulo é constituído pelo enquadramento conceptual, em que são abordadas as definições dos conceitos estruturantes relacionados às Ações Humanitárias e à Logística, e metodológico, onde se apresenta o modelo de análise adotado, contendo os objetivos, questões, conceitos e dimensões relativos a esta investigação. Aborda-se, ainda, o método seguido, com a apresentação dos participantes das entrevistas, procedimento realizado, instrumentos de recolha de dados (análise documental e entrevistas semiestruturadas) e explicação da técnica de tratamento dos dados obtidos (técnica de análise de conteúdo). No terceiro capítulo, serão abordadas as questões relativas à Operação COVID-19, finalizando com uma síntese conclusiva que responderá à QD1. O quarto capítulo abordará as operações de suporte e as operações humanitárias efetuadas pela FAB, respondendo à QD2. No penúltimo capítulo,



serão apresentadas as propostas de contributos para a criação de um protocolo para atuação da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias, respondendo, consequentemente, à QC. Por último, o Capítulo 6 será destinado às conclusões.



2. Enquadramento concetual e metodológico

Apresentam-se a seguir os elementos teóricos que atribuirão sentido contextual ao objeto da investigação e permitirão estabelecer uma amplitude de análise apropriada a este Trabalho de Investigação Individual (TII), bem como, servindo de arcabouço léxico dos termos a serem utilizados.

2.1 Ações Humanitárias

Para uma definição abrangente e adequada do conceito de Ações Humanitárias, é imprescindível que se utilizem como subsídio alguns outros conceitos, nomeadamente, de Operações de Suporte, Operações Humanitárias, Calamidade Pública e Controlo de Danos.

No que respeita às Operações de Suporte, são caracterizadas pelo emprego das FFAA no apoio a órgãos civis e/ou militares, no âmbito interno ou externamente, no adimplemento de suas respetivas atribuições (MD, 2015). O Glossário das FFAA complementa a definição, referindo que estas operações abrangem, “além das atribuições subsidiárias gerais, as de caráter humanitário, de assistência militar a outros estados, de evacuação de não-combatentes e de resgate de pessoal, despojos ou equipamentos sensíveis sinistrados” (MD, 2015, p. 194).

Em relação às Operações Humanitárias, são aquelas realizadas com o objetivo principal de “reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social” (MD, 2015, p. 194).

Suplementando o empenhamento dos Estados e de outras organizações que objetivam reduzir os danos causados por catástrofes, as FFAA desenvolvem as Operações Humanitárias, “reunindo para isso determinadas capacidades e dispondo de uma forma de atuar, devidamente treinada e perfeitamente operacional para garantir o apoio onde e quando for necessário” (Prazeres & Bernardino, 2021, p. 291).

Prosseguindo com o embasamento teórico para se chegar à definição central pretendida, remete-se ao conceito de Calamidade Pública, a qual se caracteriza como uma condição emergencial, “provocada por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de suas necessidades ou ameaçando a existência ou a integridade dos elementos que a compõe” (MD, 2015, p. 53).

Por fim, o Controlo de Danos constitui-se pela adoção de medidas de caráter preventivo e de controlo, com foco na máxima redução dos “efeitos da ação inimiga, dos



grandes desastres ou de catástrofes da natureza, a fim de assegurar a continuidade ou o restabelecimento do apoio logístico” (MD, 2015, p. 75).

Com o suporte das definições anteriores, é estabelecida a base conceitual para o entendimento sobre o que são Ações Humanitárias, conforme delineado pelo Glossário das FFAA do Brasil:

Ações que se desenvolvem por meio de contingente de forças navais, terrestres e aéreas, proporcionadas por distinto Estado ou por Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de qualquer outro organismo internacional (regional ou mundial) de que o Brasil seja partícipe, para a urgente prestação de socorro de natureza diversa, a nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes naturais, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não-intervenção. (MD, 2015, p. 18)

A assistência ou ação humanitária pode ser definida, ainda, como a ajuda para populações atingidas por catástrofes ou desastres, buscando, primordialmente, salvar vidas e amenizar o sofrimento delas (Prazeres, 2021). “Pode ser direta, com a distribuição de bens e serviços diretamente; indireta, com o transporte desses bens e distribuição no país; [...] envolve a gestão de espaço aéreo com a finalidade de mitigar os danos decorrente das catástrofes” (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*⁴ [UNOCHA], 2007, p. 7, cit. por Prazeres, 2021, p. 10).

Cabe ressaltar que, embora a definição de Ações Humanitárias, no entendimento do MD, esteja associada ao apoio a outros países, o conceito aqui apresentado pode ser utilizado no caso das ações relacionadas à pandemia do COVID-19, considerando se tratar da necessidade urgente de prestação de socorro, proteção, amparo e oferta de bem-estar e condições de sobrevivência à população.

Da mesma forma, o conceito em tela pode ser aplicado às demais ações em que estas características sejam preponderantes.

2.2 Logística

A logística compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas interdependentes com o objetivo de prover apoio e serviços, com base na reunião, sob uma única designação, de um “conjunto de atividades afins, correlatas ou de mesma natureza”, as chamadas

⁴ Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.



Funções Logísticas, que se dividem em: suprimento, manutenção, transporte, engenharia, recursos humanos, saúde e salvamento (MD, 2016, p. 23).

Para o desenvolvimento do presente trabalho, é de fundamental importância abordar as funções logísticas de suprimento, transporte e saúde.

A função logística suprimento é “o conjunto de atividades que trata da previsão e provisão do material, de todas as classes, necessário às organizações e forças apoiadas”, compreendendo o levantamento das necessidades, a obtenção e a distribuição (MD, 2016, p. 25).

De igual importância, figura a função logística transporte, sendo entendida como “o conjunto de atividades que são executadas com vistas ao deslocamento de recursos humanos, materiais e animais por diversos meios, em tempo e para os locais predeterminados” (MD, 2016, p. 30).

Por fim, em relação à função logística saúde, define-se como “o conjunto de atividades relacionadas com a conservação do pessoal, nas condições adequadas de aptidão física e psíquica, por intermédio de medidas sanitárias de prevenção e de recuperação” (MD, 2016, p. 24).

2.3 Modelo de análise

Conforme Apêndice A.

2.4 Metodologia e método

2.3.1 Metodologia

A metodologia adotada teve como parâmetro as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos & Lima, 2019), bem como as normas vigentes no IUM.

O raciocínio utilizado foi o indutivo que diz que é necessária a “observação de factos particulares para, através da sua associação, estabelecer generalizações” (Santos & Lima, 2019, p. 18).

A estratégia de investigação seguida foi a qualitativa, pois “a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (Vilelas, 2009, p. 105, cit. por Santos & Lima, 2019, p. 27).

O desenho de pesquisa aplicado foi o estudo de caso, segundo o qual se procura “compreender o objeto de estudo do ponto de vista dos participantes, ou de uma perspectiva pragmática, através da qual se procura transmitir uma ideia geral do objeto de estudo, do ponto de vista do investigador” (Freixo, 2011, p. 111, cit. por Santos & Lima, 2019, p. 37).



O percurso metodológico desenvolveu-se em duas etapas, a exploratória e a analítica/conclusiva.

Na fase exploratória, foi delimitado o tema, realizando-se, na sequência a revisão da literatura, estabelecendo-se o estado da arte. Por fim, foi definido o objeto de estudo e construiu-se o modelo de análise.

Na fase analítica/conclusiva, ocorreu a recolha de dados, através da realização de entrevistas e da análise documental, com o intuito de coletar informações e chegar às conclusões.

2.3.2 Método

A palavra método significa “caminho para se chegar a um fim”, ou seja, no caso de trabalhos de investigação científica, representa o caminho seguido para se atingir o objetivo do trabalho e se refere ao processo pautado nos procedimentos de recolha, análise e interpretação de dados (Freixo, 2011, p. 280, cit. por Santos & Lima, 2019, p. 23).

A recolha de dados incidiu, numa primeira fase, na análise documental de legislação enquadrante, normativos internos e doutrina da FAB, do MD e das FFAA, produções científicas sobre o assunto e publicações mediáticas, servindo para aprofundar o conhecimento acerca do tema.

Posteriormente, as entrevistas semiestruturadas, realizadas com os participantes elencados no Quadro 1, possibilitou a obtenção de dados e percepções sobre a atuação da FAB na Operação COVID-19, obtendo-se as limitações envolvidas e apoiando as respostas às QD e à QC.

Quadro 1 – Participantes das entrevistas

N.º	Nome e Posto	Cargo/Organização	Formato	Data
1	Emanuel Rosa dos Santos Junior – Tenente-Coronel Intendente	Chefe do Grupamento de Apoio de Manaus (GAP-MN)	E-mail e videoconferência	01ABR22
2	Olívio Martini Marangon – Major Aviador	Chefe de Segurança de Voo da Ala 8	E-mail e videoconferência	22MAR22
3	Danilo Silveira da Costa – Capitão Aviador	Planeador de Operações Aéreas do COMAE	E-mail e videoconferência	26MAR22
4	Márcio José Regis da Silva – Coronel Aviador	COC - MD	E-mail	25ABR22

Para a realização das entrevistas, foram selecionados militares que atuaram nos diversos elos do apoio à Operação COVID-19, abrangendo o elo de coordenação geral do MD – COC, o elo de coordenação central da FAB – COMAE, o elo de coordenação regional da FAB no Comando Conjunto Amazônia (CCj Amz) – Ala 8, e um dos elos de apoio regional – o GAP-MN. Ressalva-se que a escolha dos entrevistados teve por base a



experiência e envolvimento no apoio da FAB à Operação COVID-19, considerando que a região amazônica foi a que teve maior quantidade de pedidos de assistência.

Ainda sobre as entrevistas, cumpre esclarecer que foram realizadas por via eletrônica (*email*) e por videoconferência, entre os meses de março e abril de 2022. Os entrevistados foram informados acerca do objetivo da investigação e foram dadas garantias de salvaguarda e confidencialidade, das quais todos os entrevistados abdicaram.

Dessa forma, a documentação coletada e as entrevistas foram analisadas através das técnicas de conteúdo proposta por Guerra (2006, cit. por Santos & Lima, 2019, p. 122), percorrendo as etapas de transcrição, leitura, síntese e análise. Na sequência, foram identificados os pontos mais importantes das respostas dos entrevistados e os dados obtidos foram analisados, compreendidos e interpretados em função dos objetivos da investigação.



3 Operação COVID-19

3.1 Contextualização

A Operação COVID-19 foi uma operação que se desvelou no contexto da reação do Estado Brasileiro à situação emergencial de saúde pública provocada pela disseminação do novo coronavírus, caracterizada pela mobilização das FFAA, como uma das instituições com capacidades estatais de pronta-resposta, atuando em constante diálogo e apoio a outras instituições públicas e diversos setores da sociedade civil (Gröhs, Biavaschi & Rodrigues, 2020).

As FFAA permaneceram em condições de disponibilizar recursos operacionais e logísticos quando se fizessem necessários, e os militares passaram a ser empregues no apoio às ações federais, em diversas atividades para contenção e erradicação do vírus (MD, 2020a).

Por meio da estrutura da Operação COVID-19, conforme discorrem Gröhs et al. (2020), fica claramente caracterizada a interoperabilidade, tendo o COC, no MD, e dez Comandos Conjuntos (CCj), sendo oito em Comandos Militares do Exército e dois em Distritos Navais. Os autores referem também que esses comandos se articulam com o COMAE e com o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM), responsável pela coordenação das necessidades das FFAA em conjunto com outros setores da administração pública federal (Gröhs et al., 2020). Esta estrutura abrangeu todo o território nacional continental e aéreo, com o emprego de efetivo especializado em diversas áreas, permitindo o atendimento a todos os tipos de questões, inclusive as relacionadas com assuntos públicos, ações judiciais, comunicados de imprensa e outros não operacionais (Cordeiro, 2021). A estrutura descrita neste parágrafo pode ser visualizada na Figura 1:



Figura 1 – Estrutura da Operação COVID-19

Fonte: MD (2020a).

O Quadro 2 apresenta detalhadamente os dez CCj ativados, bem como as respectivas regiões de responsabilidade.

Quadro 2 – Comandos Conjuntos e regiões de responsabilidade

Comando Conjunto	Regiões de responsabilidade
Comando Conjunto Amazônia	Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia
Comando Conjunto Oeste	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Comando Conjunto Sul	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Comando Conjunto Sudeste	São Paulo
Comando Conjunto Leste	Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo
Comando Conjunto Bahia	Bahia
Comando Conjunto Nordeste	Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe
Comando Conjunto Rio Grande do Norte e Paraíba	Rio Grande do Norte e Paraíba
Comando Conjunto Centro-Oeste	Goiás, Tocantins e Distrito Federal
Comando Conjunto Norte	Amapá, Pará e Maranhão

Fonte: Adaptado a partir de MD (2020a).

Considerando-se os meios disponíveis, a atuação das FFAA na Operação COVID-19 teve como principal objetivo mitigar os efeitos adversos da doença, em apoio aos órgãos de saúde e de segurança pública, por meio das seguintes tarefas, apresentadas no Quadro 3:



Quadro 3 – Principais tarefas executadas pelas FFAA na Operação COVID-19

Tarefas
a) Intensificar o controle de acesso às fronteiras, em coordenação com os Órgãos de Segurança Pública e demais agências competentes.
b) Empregar os meios de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear para a descontaminação de pessoal, ambientes e materiais, em coordenação com o Estado-Maior das Forças Armadas.
c) Empregar pessoal militar e servidores civis em campanhas de conscientização.
d) Prestar apoio logístico às equipas envolvidas (sobretudo transporte, alimentação e alojamento).
e) Estabelecer ligação com os órgãos e autoridades sanitárias competentes.
f) Realizar a triagem de pessoas para posterior encaminhamento aos hospitais.

Fonte: Albiero, Oliveira, Pereira, Monteiro & Souza (2021).

Cerca de 34 mil militares das três FFAA foram empenhados na Operação COVID-19, atuando de maneira incansável, 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, para o combate ao novo Coronavírus (Casa Civil, 2021a).

Além das tarefas descritas acima, foram realizadas diversas outras mais específicas, tais como, apoio à vacinação da população em geral, vacinação de mais de 200 mil indígenas, desinfecção de mais de 9.100 locais públicos, transporte de pacientes e de insumos, distribuição de mais de um milhão e meio de kits com alimentos e materiais de higiene, mais de 16.600 campanhas de conscientização, 42 mil doações de sangue, entre outras (MD, 2021).

Cabe também referir que a Operação COVID-19 foi uma operação logística de larga escala, que perdurou por aproximadamente dois anos, não tendo sido encerrada até o presente momento, e que o protocolo empregue foi o de Garantia da Lei e da Ordem, com Decreto assinado pelo Presidente da República (M. J. R. da Silva, entrevista por *email*, 25 de abril de 2022).

3.2 A Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19

3.2.1 Estrutura e características

A estrutura de atuação da FAB na Operação COVID-19 teve como órgão central o COMAE e, como Organizações operacionalmente subordinadas, os sete Comandos Aéreos Regionais, as Alas 1 a 12 e os vinte e sete Grupamentos de Apoio e Bases Aéreas, distribuídos por todo o país (Faria & Liz, 2021).

Enquanto o MD cumpriu o papel estratégico, definindo as situações em que seria necessário o apoio da FAB, o COMAE exerceu o papel de Comando Operacional para cumprimento de tarefas de Força Aérea, transformando os pedidos de apoio em missões militares (D. S. Costa, entrevista por *email* e por videochamada, 26 de março de 2022). O entrevistado prossegue, referindo que um exemplo de solicitação de apoio é a necessidade



de transporte de Oxigênio líquido, enquanto um exemplo de missão militar seria a designação da aeronave KC-390 para decolar e pousar nos horários e locais determinados, de posse de todo o apoio necessário à realização do transporte, tanto na origem, quanto no destino (D. S. Costa, *op. cit.*).

Em relação aos elos de apoio regionais, as Bases Aéreas e os Grupamentos de Apoio atuavam no suporte à Operação, provendo, essencialmente, os meios necessários ao empenhamento das tripulações para transporte de materiais e pacientes (E. R. S. Junior, entrevista por *email* e por videochamada, 01 de abril de 2022). O Oficial refere ainda que o GAP-MN, como Organização responsável pelo apoio administrativo na Guarnição de Aeronáutica de Manaus, adotou providências para aquisição de todos os materiais e contratação de todos os serviços necessários (E. R. S. Junior, *op. cit.*). Menciona também que o GAP-MN não realizava interação direta com o COMAE, o COC, o CCLM ou com os demais Órgãos da Administração Pública Federal, ficando as demandas e interações restritas à Ala 8, para as questões operacionais, e ao Centro de Apoio Administrativo, para as questões administrativas (E. R. S. Junior, *op. cit.*). Ressalta que esta estrutura proporcionou a centralização de informações e demandas, tendo como consequência, principalmente, a celeridade e transparência (E. R. S. Junior, *op. cit.*).

A atuação da FAB na Operação COVID-19 foi marcada pelas características do Poder Aeroespacial, que se encontram relacionadas e definidas no Quadro 4:

Quadro 4 – Características do Poder Aeroespacial

Característica	Definição
Alcance	Está relacionado ao potencial das aeronaves e das plataformas espaciais para atingir objetivos a grandes distâncias, em função de propriedades como, por exemplo, autonomia, capacidade de reabastecimento em voo, cargas externas, tipo de órbita no caso de satélites, entre outras.
Flexibilidade ou Versatilidade	Apesar de não serem sinônimos, flexibilidade e versatilidade, no âmbito do Poder Aeroespacial, expressam características concorrentes. Em ambas estão implícitas as ideias-síntese de maleabilidade, rapidez e facilidade nos movimentos, mutabilidade e mudança. Os Meios Aeroespaciais podem assumir funções distintas de forma rápida, cujos impactos podem variar desde o nível tático até o nível político. Um mesmo meio pode variar de destino ou alvo em voo, pode gerar efeitos cinéticos ou não e cumprir distintas Ações de Força Aérea.
Mobilidade	Resulta da habilidade do pessoal, das aeronaves, dos armamentos, dos equipamentos e dos sistemas de Força Aérea para, de imediato, desdobrarem-se de um aeródromo para outro, operando com igual ou maior efetividade.
Penetração	Característica que provém da capacidade que as aeronaves e as plataformas espaciais possuem para adentrar o território do oponente, a despeito das defesas inimigas ou dos obstáculos naturais.
Pronta-resposta	É a consequência da habilidade do Poder Aeroespacial para reagir, imediatamente, a uma demanda, empregando meios na dimensão adequada, no local preciso e no momento oportuno.
Velocidade	Decorre do potencial das aeronaves para percorrer, rapidamente, grandes distâncias. A velocidade pode ser utilizada na obtenção da surpresa e permite reduzir o tempo de exposição dos Meios Aeroespaciais à ação do inimigo, aumentando sua capacidade de sobrevivência.

Fonte: (COMAER, 2020, pp. 35-36)



No que respeita às aplicações do Poder Aeroespacial, a Doutrina Básica da Força Aérea prevê que “as diferentes características do Poder Aeroespacial oferecem aos tomadores de decisão uma gama diversificada de opções para atingir os objetivos nacionais, tornando-o tão importante para preservar a paz e administrar crises, como para a guerra” (COMAER, 2020, p. 38).

Dentre estas opções, destaca-se a de apoiar, caracterizada, principalmente, pela velocidade e alcance, garantindo que o Poder Aeroespacial possa “fornecer suporte físico (por exemplo, assistência humanitária ou assistência militar) em todo o território nacional, bem como, por demandas específicas, fora deste” (COMAER, 2020, p. 38).

As características do Poder Aeroespacial, suas aplicações e o apoio provido por elas foram plenamente notadas no decorrer de toda a Operação, especialmente quando se considera a região amazônica como principal público-alvo a partir de janeiro de 2021. Ocasão em que o Amazonas vivenciou a situação mais crítica em relação aos efeitos da COVID-19, tendo registado mais 2.832 mortes por COVID-19, sendo 2.195 delas em Manaus, a única cidade do estado com leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) (Lima, 2022). O autor refere ainda que, diante do colapso no sistema de saúde, causado principalmente pela crise do oxigênio, muitos pacientes amazonenses tiveram que ser transferidos de avião para outros estados brasileiros (Lima, 2022).

Nesse sentido, a FAB passou rapidamente do papel de coadjuvante para protagonista, adaptando seus meios, efetivos e instalações para atender a todas as necessidades dos diversos órgãos e estruturas governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal (O. M. Marangon, entrevista por *email* e por videochamada, 22 de março de 2022).

Para que se fizesse o transporte de oxigênio líquido, foi necessária a elaboração de estudo de risco e consolidação de protocolos para este tipo de logística (D. S. Costa, *op. cit.*). O Oficial prossegue referindo que, para o transporte de pacientes, com diferentes níveis de gravidade decorrentes da contaminação pelo COVID-19, foi necessária a flexibilização dos meios, utilizando-se os diversos tipos de aeronaves disponíveis, inclusive as que não possuíam protocolo consolidado para esse fim, sendo realizadas as devidas adaptações para que as missões fossem cumpridas atendendo a todos os requisitos de segurança (D. S. Costa, *op. cit.*).

3.2.2 Logística

O planeador logístico necessita realizar uma continuada avaliação das demandas e das capacidades necessárias para que suas atividades sejam cumpridas, especialmente em função



da constante mudança dos cenários nacional e internacional (Jardim, 2021). A logística deve ser capaz de se adequar ao dinamismo das ações, tendo em conta, principalmente, as particularidades, especificidades e diversidades de situações de emprego, levando ao entendimento do que é a “logística na medida certa”, que consiste em “configurar o apoio logístico, de acordo com cada situação” (Brasil, 2018, cit. por Jardim, 2021, p. 1).

Em consonância com a base conceitual, as funções logísticas de transporte, suprimento e saúde sobressaíram-se no contexto do combate à pandemia do COVID-19.

Nesse viés, a importância da função logística transporte foi fator preponderante para agilizar e reduzir os custos de distribuição, considerando-se o modal aéreo como a chave para o sucesso dessa missão, de abrangência mundial (Jardim, 2021). Nessa conjuntura, a agilidade proporcionada pelo vetor aéreo foi de extrema relevância para o planejamento da distribuição de vacinas e outros insumos com a maior eficiência e eficácias possíveis (Jardim, 2021).

Por sua vez, a função logística suprimento também mereceu destaque, através do aprovisionamento de pessoal e material militar de diversas classes, em várias cidades brasileiras, a fim de atenuar a crise (Jardim, 2021). O autor destaca ainda a montagem de Hospitais de Campanha (H Camp) nas cidades do Rio de Janeiro, Manaus, Boa Vista e Porto Alegre, proporcionando agilidade ao atendimento e a aumento do número de leitos disponíveis, tirando a sobrecarga de hospitais exauridos pela demanda inesperada (Jardim, 2021).

A função logística saúde tornou-se a principal componente no enfrentamento à crise, em virtude, especialmente, do incremento considerável da demanda por profissionais, instalações e insumos de saúde (Jardim, 2021).

Neste contexto epidêmico, a FAB utilizou toda a sua capacidade logística para o cumprimento das missões, empregando todos os ativos operacionais disponíveis, nomeadamente, C-95 (EMB-110), C-97 (EMB-120), C-98 (C-208), C-99 e VC-99 (EMB-145), C-105 e SC-105 (C-295), C-130 e KC-390, em todo o território nacional, o que permitiu atingir mais de 35 municípios em 20 estados e no Distrito Federal (Cordeiro, 2021).

O C-95 (EMB-110), C-97 (EMB-120), C-98 (C-208), C-99 e VC-99 (EMB-145) foram utilizados, principalmente, para transporte de efetivos e pacientes. O C-105 e SC-105 (C-295), C-130 e KC-390 foram empregues, principalmente, no transporte de cargas, sendo os maiores meios de içamento operacional de carga (COMAE, 2022).



O KC-390 Millennium transportou oxigênio líquido armazenado em *isocontainers*, para Manaus, tendo sido exigida para isso alta complexidade na utilização de recursos e capacidades da aeronave, em decorrência das grandes medidas e peso do material (Faria & Liz, 2021, p. 22).

Mantendo o foco na contenção do colapso do sistema de saúde do Amazonas e buscando atender a demandas em locais onde a distância e a falta de estrutura dificultam ainda mais o socorro aos doentes, as aeronaves C-130, C-105 e KC-390 passaram a realizar, diariamente, missões para Manaus e para outras localidades do estado, transportando cilindros de oxigênio, tanques de oxigênio líquido e, também, usinas de oxigênio (Faria & Liz, 2021, p. 22). Nesse viés, merece destaque a missão realizada em janeiro de 2021, em que o KC-390 transportou, pela primeira vez, cinco tanques de oxigênio líquido – cerca de 5.500 kg de carga – da Base Aérea de São Paulo para a Base Aérea de Manaus, tendo a segurança da missão sido garantida pela existência de uma válvula de alívio instalada, que permitiu o transporte de material dessa natureza (Faria & Liz, 2021, p. 22).

As principais missões executadas pela FAB durante a sua atuação na Operação COVID-19 estão relacionadas no Quadro 5⁵:

Quadro 5 – Principais missões da FAB na Operação COVID-19

Missões
Transporte de pacientes
Transporte de cilindros de oxigênio
Transporte de Iso containers de oxigênio líquido
Evacuação Aeromédica – Manaus e outras localidades
Unidade de Tratamento Intensivo Aérea
Transporte de usinas de oxigênio
Transporte de agentes de saúde
Transporte de medicamentos
Transporte de sistema completo de gerador de oxigênio
Transporte de vacinas e equipas de saúde para aplicação de vacinas
Transporte de insumos de saúde
Transporte de equipamentos hospitalares e de equipamentos para mobilização de hospital de campanha
Transporte de gêneros alimentícios e de material de alojamento
Transporte de purificadores
Transporte de militares e equipamentos para apoio ao Exército Brasileiro e à Marinha do Brasil
Transporte de equipas médicas
Transporte de donativos recebidos pela Cruz Vermelha Brasileira
Transporte de respiradores, concentradores de oxigênio e capacetes de respiração
Estabelecimento de linha contínua de abastecimento de oxigênio líquido
Transporte de militares das Forças de Segurança para apoio à segurança nas áreas indígenas
Missões subsidiárias para manutenção e socorro às aeronaves empenhadas no apoio direto
Missões de desinfecção, doação de sangue, distribuição de cestas de alimentos e de materiais de higiene

Fonte: Adaptado a partir de COMAE (2022).

⁵ Evacuação Aeromédica: missão aérea para transporte de pessoal, ferido ou doente, militar ou civil, da frente de combate para locais onde possa receber assistência adequada. Esta missão também se aplica em situação de paz, nas condições referidas (MD, 2015).



A todas essas ações, soma-se o trabalho invisível do comando e controlo e da logística que coordena, controla e sustenta os milhares de militares e meios que se encontram atuando ininterruptamente na Operação COVID-19, mantendo, entretanto, as missões constitucionais em andamento e ilustrando a prontidão e a disponibilidade permanentes das FFAA (CCOMSEX, 2020).

Em cerca de dezoito meses de operação, a FAB cumpriu mais de 800 missões aéreas, transportando 5.267 toneladas de carga e 930 pacientes, com uma distância percorrida de aproximadamente 3 milhões de quilômetros, equivalente a cerca de 78 voltas na Terra, e perfazendo mais de 4.000 horas de voo, conforme se observa no Quadro 6:

Quadro 6 – Dados estatísticos das missões da FAB na Operação COVID-19

Período	Quantidade de missões	Horas de voo	Carga transportada (t)	Pacientes transportados	Distância voada (Km)
2020	306	2.416	896	0	1.205.000
2021	496	3.534	4.371	930	1.913.000
Total	802	4.030	5.267	930	3.118.000

Fonte: Adaptado a partir de COMAE (2022).

É importante ressaltar que, do esforço de horas de voo total, cerca de 12% foi realizado pelo KC-390, 28% pelo C-130, 25% pelo C-105, 10% pelo C-97 e o restante pelas demais aeronaves (COMAE, 2022), demonstrando a importância das aeronaves de carga para a sustentação do apoio.

3.2.3 Aspectos positivos

A atuação da FAB na Operação COVID-19, dentre outros benefícios, veio comprovar a operacionalidade e versatilidade da Força e de um dos principais vetores aéreos utilizados: o KC-390, sendo a maior aeronave militar fabricada no Hemisfério Sul e um dos projetos estratégicos da Defesa, capaz de cumprir missões estratégicas e garantir a mobilidade e flexibilidade às operações da FAB (Ministério da Saúde, 2022).

Outro grande legado é a possibilidade de melhoria do sistema de saúde da FAB, considerando o aprimoramento da capacidade de trabalhar em conjunto com outras organizações e entidades relacionadas à saúde, bem como, aprimoramento no treino das equipas de atendimento de emergências e revisões de protocolos relativos a processos de saúde, técnicos e administrativos (Cordeiro, 2021). O mesmo autor refere que a Operação COVID-19 trouxe também expertise para o “desenvolvimento, aquisição, manutenção e recuperação de equipamentos de alto valor agregado (como scanners e módulos de suporte de vida para unidades de terapia intensiva)” e melhoria do atendimento psicológico ao paciente e à família (NOTAER, 2020, cit. por Cordeiro, 2021, p. 106).



M. J. R. da Silva (*op. cit.*) menciona que o papel da FAB foi fundamental para o sucesso no transporte de materiais e pessoas e que o grande legado está na experiência para acionamento do COMAE, com a melhoria do processo de recebimento e tratamento das demandas de apoio, de modo que a eficiência no emprego dos meios aéreos fosse otimizada.

Para além disso, a FAB demonstrou a incontestável capacidade de atuar em operações conjuntas e/ou combinadas, bem como, a adaptabilidade, a resiliência e a aplicação das características do Poder Aeroespacial na rotina de suas operações, tarefas e atividades, quer no cumprimento da sua missão constitucional, quer no adimplemento de suas atribuições subsidiárias.

3.2.4 Constrangimentos

Conforme referido por O. M. Marangon (*op. cit.*), um dos principais constrangimentos para os elos de coordenação na área sob responsabilidade do CCj Amz foi a inexistência de um setor responsável por gerir a interface das necessidades de todos os órgãos do Estado do Amazonas, do Ministério da Saúde (MS) e das FFAA. O entrevistado complementa, mencionando que essa lacuna, que poderia levar ao atraso ou à falha da missão, foi contornada através da criação e ativação temporária do Gabinete de Crise no Centro Integrado de Comando e Controle, órgão subordinado à Polícia Militar do Amazonas (O. M. Marangon, *op. cit.*).

O entrevistado aponta ainda que:

As equipas de serviço para operação e gestão dos Equipamentos de Apoio ao Solo trabalharam arduamente, atingindo elevados picos de fadiga e desgaste devido ao enorme volume de ações necessárias. Além disso, ocorreram muitos constrangimentos relativos à preparação e atendimento das demandas de algumas cidades, principalmente, Tefé e Coari. Os apoios solicitados eram prontamente providenciados pela FAB, porém, os insumos não eram disponibilizados para o transporte, especialmente os cilindros de oxigênio, em virtude de problemas logísticos dos órgãos externos ao COMAER. Quando os materiais chegavam ao Posto do Correio Aéreo Nacional de Manaus, para carregamento das aeronaves, o horário já não permitia a decolagem, considerando que chegariam ao destino após o por do sol, impossibilitando o pouso. Assim, muitas vezes, os hospitais destas cidades ficavam sem reservas de oxigênio para manter os pacientes durante a noite. (O. M. Marangon, *op. cit.*)

E. R. S. Junior (*op. cit.*) cita que diversos militares tiveram que ser afastados de suas atividades, inclusive do apoio à Operação COVID-19, em decorrência da contaminação pelo



novo vírus, ou contato com contaminados, acarretando diversos constrangimentos para a continuidade do apoio. Além disso, o entrevistado cita ainda, o encerramento de estabelecimentos comerciais e fábricas estabelecidos pelas autoridades sanitárias e governamentais, dificultando a aquisição de materiais e contratação de serviços essenciais ao suporte fornecido pelo GAP-MN (E. R. S. Junior *op. cit.*).

Um outro constrangimento apontado por D. S. Costa (*op. cit.*) foi a necessidade de superação das divergências de percepção e entendimento entre as FFAA e os demais órgãos civis envolvidos no processo, considerando que cada ramo tem características bastante peculiares, além de visões de mundo e prioridades bastante distintas. O entrevistado prossegue, mencionando que este fato dificultou o atendimento de todas as expectativas relacionadas às demandas dos órgãos externos à estrutura do MD e das FFAA (D. S. Costa, *op. cit.*).

De forma a completar os apontamentos anteriores, sem intenção de esgotar o assunto, cabe referir os contributos de M. J. R. da Silva (*op. cit.*), ao mencionar que um dos maiores constrangimentos foi a elevada quantidade de demandas advindas de diversos órgãos governamentais. O entrevistado menciona que o tratamento e priorização destas demandas trouxe sobrecarga às equipas de planeamento, e que não houve constrangimentos em relação à atuação da FAB: se a missão fosse praticável, ela era cumprida, dentro das limitações operacionais, mesmo que levasse um pouco mais de tempo (M. J. R. da Silva, *op. cit.*).

3.3 Síntese Conclusiva

O objetivo do presente capítulo foi apresentar a informação necessária para realizar a resposta para a QD1: Como se caracterizou a atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19?

Para tanto, inicialmente foi feita uma breve contextualização acerca da Operação COVID-19, abordando a atuação das FFAA de maneira geral.

Na sequência, a abordagem cingiu-se na atuação da FAB na Operação COVID-19, em que se passou a conhecer a estrutura e características, a logística envolvida, os principais aspetos positivos e constrangimentos.

Nesse sentido, analisando-se os dados e conteúdos apresentados, constata-se que a atuação da FAB na Operação COVID-19 foi sedimentada pelas características do Poder Aeroespacial, e suas aplicações foram plenamente representadas, considerando-se, especialmente, a dimensão territorial do Brasil, espelhando o Alcance, a Mobilidade e a Penetração. As adaptações realizadas pautaram-se na Flexibilidade, e a celeridade com que



as demandas e necessidades eram supridas exprimiram, de maneira incontestável, a Prontaresposta e a Velocidade.

Para além disso, a logística aparece como principal foco das missões, especialmente nas funções logísticas Transporte, Suprimento e Saúde. O vulto das missões e os quantitativos exorbitantes de insumos, militares e pacientes transportados representam muito bem a operacionalidade da FAB.

Como principais aspetos positivos, constatou-se a operacionalidade e versatilidade dos vetores aéreos empregues, a oportunidade de melhoria do serviço de saúde e a capacidade de atuação conjunta e combinada da FAB, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Por fim, foram identificados os principais constrangimentos, representados pelos elevados picos de fadiga e desgaste físico e mental dos militares envolvidos no apoio, pelas baixas ao efetivo causadas pela COVID-19, além da ausência de protocolos padrão de amplo conhecimento e relatórios com a centralização das informações e do histórico.



4 Operações de Suporte e Operações Humanitárias

4.1 Contextualização

Nas últimas décadas, tem ocorrido um aumento significativo do número de vítimas de calamidades públicas⁶ decorrentes de catástrofes naturais⁷ e desastres⁸ (Monteiro, Gonçalves & Moises, 2014). Os autores referem que, após estas ocorrências, os sobreviventes encontram-se, normalmente, em situações muito críticas, acometidos pela falta de alimentos, materiais para tratamento de saúde e de higiene pessoal, itens de vestuário, cobertores e principalmente abrigo (Monteiro, Gonçalves, & Moises, 2014).

Nessas situações, os militares são cada vez mais requisitados para auxiliar nos resgates dos feridos e tratamento médico inicial, sendo de fundamental importância a agilidade para iniciar a ajuda humanitária (Força Aérea Brasileira [FAB], 2014). O professor Isaac Ashkenazi, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, refere que "a resposta deve ser o mais rápido possível para evitar mortes por falta de atendimento médico. O envolvimento dos militares em casos de desastres naturais imediatamente após o ocorrido pode ajudar a salvar muitas vidas" (FAB, 2014).

4.2 Principais atuações da Força Aérea Brasileira

4.2.1 Catástrofes Naturais e Desastres

Nos últimos quinze anos, as FFAA executaram diversas ações subsidiárias no território nacional, demonstrando elevada habilidade e competência prática nas questões de ajuda humanitária (Prazeres, 2021). Dentre elas, destacam-se as ocorrências de maior vulto, com características inerentes às Operações de Suporte e às Operações Humanitárias, que se encontram detalhadas, com as respectivas ações principais, no Quadro 7:

⁶ Situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação (Decreto n.º 10.593/2020, de 24 de dezembro).

⁷ Fenômeno da Natureza, que frequentemente provoca uma grande destruição material perdas de vidas humanas e alterações na superfície terrestre, as que mais acontecem no território Brasileiro, são queimadas, enchentes e secas (Bonfadini, 2018).

⁸ Resultado de evento adverso decorrente de ação natural ou antrópica sobre cenário vulnerável que cause danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais (Decreto n.º 10.593/2020).



Quadro 7 – Principais Operações de Suporte e Operações Humanitárias

Ocorrência	Ações mais relevantes
Enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco, no Nordeste do Brasil (2010)	- Transporte aéreo, fluvial e terrestre; - Armazenamento e distribuição de medicamentos, alimentos e água; - Desobstrução de vias, retirada de lixo e lama; - Reconhecimentos especializados e trabalhos de topografia; e - Atendimento em H Camp (Saraiva, 2010, cit. por Prazeres, 2021, Apd. A-1).
Chuvas e enchentes na região serrana do Estado do Rio de Janeiro (2011)	- Desobstrução de vias e remoção de escombros, nas três cidades; - Apoio à Defesa Civil na distribuição de donativos; - Atendimento médico em H Camp; - Transporte de vítimas, socorristas e médicos, por helicóptero (Ministério da Defesa, 2011, cit. por Prazeres, 2021, Apd. A-1); e - As FFAA utilizaram 506 militares (396 do EB; 102 da MB e 8 da FAB); 11 Helicópteros (6 do EB, 3 da MB e 2 da FAB); 3 Ambulâncias, da MB; 52 Viaturas (27 da MB e 25 do EB); 4 Máquinas pesadas do EB (2 retroescavadoras e 2 pás carregadeiras); 2 Geradores e 1 torre de iluminação, do EB; 15 Barracas (10 da MB e 5 do EB); e 1 H Camp, da MB (Ministério da Defesa, 2011 cit. por Prazeres, 2021, p. 39).
Derrame de óleo da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro (2011)	- Apoio com técnicos para interpretação de imagens de satélites em apoio a agências nacionais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a Agência Nacional do Petróleo; e - Apoio de helicópteros para sobrevoos e navios de monitoramento para o acompanhamento dos efeitos do desastre (Santos, 2011, cit. por Prazeres, 2021, Apd. A-1).
Rotura da barragem de Mariana, no Estado de Minas Gerais (2015)	- Transporte, busca e resgate de vítimas; - Reconhecimentos de Engenharia e projeção de pontes leves e pesadas; - Pesquisa sobre danos ambientais; - Distribuição de água potável a moradores de cidades afetadas; - Construção de poços artesianos (Padilha & Aquino, 2015, cit. por Prazeres, 2021, Apd. A-1); e - O EB forneceu 36 viaturas, 02 aeronaves e 375 militares. A MB empregou a fragata Rademaker, o rebocador de alto-mar Tridente e o navio oceanográfico Vital de Oliveira. A FAB empregou diversas aeronaves de asa móvel e asa fixa.
Rotura da Barragem de Brumadinho, no Estrado de Minas Gerais (2019)	- Apoio no ingresso e retirada da área de 1,5 mil agentes da Defesa Civil; - Apoio a locomoção de comitiva israelense às áreas mais críticas; - Resgate de pessoal e operações de guincho; - Controle do espaço aéreo; - Apoio na atuação do Instituto Médico Legal (MD, 2019, cit. por Prazeres, 2021, Apd. A-1); e - As FFAA atuaram com cerca de 190 militares e disponibilizaram 150 horas de voo para as operações, além de manter em prontidão 1200 militares e equipamentos para apoio suplementar.

Fonte: Adaptado a partir de Prazeres (2021).

Merece destaque, ainda, a mais recente atuação da FAB no apoio às vítimas das enchentes da cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, ocorridas em fevereiro de 2022, considerando que, em apenas seis horas, choveu na região mais do que o esperado para o mês inteiro (FAB, 2022). A ocorrência enquadra-se como uma catástrofe natural, caracterizando-se pelos brutais estragos causados pela chuva, que invadiu casas, transbordou rios, derrubou árvores e causou vários deslizamentos de terra pela cidade (FAB, 2022).

Diante deste cenário, a FAB foi a primeira das Forças Singulares (FS) a iniciar o apoio à ocorrência, imediatamente após a Prefeitura da cidade ter decretado o estado de calamidade pública, no dia 15 de fevereiro, sendo empregues pelo Destacamento de Controle do Espaço



Aéreo de Pico do Couto (DTCEA-PCO) sete militares e duas viaturas no transporte de materiais, em apoio à Defesa Civil (FAB, 2022). Uma parte da equipa do DTCEA-PCO permaneceu no local durante toda a madrugada e o restante do efetivo em estado de prontidão, a aguardar mais diretrizes (FAB, 2022).

O acionamento das demais estruturas das FFAA ocorreu em 16 de fevereiro, sob coordenação do Comando Conjunto do Leste, para apoiar os moradores da região de Petrópolis, disponibilizando “viaturas, ambulâncias, equipas de primeiros socorros, equipamentos da Engenharia do Exército para desobstrução de vias e outras máquinas para serviços especializados” (FAB, 2022).

No dia 17 de fevereiro, quando o MD autorizou o emprego temporário e episódico das FFAA na cidade de Petrópolis, 14 militares do Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle deslocaram-se para a região, empregando um caminhão e duas viaturas, onde montaram um *Aerodrome Flight Information Service*⁹, com a finalidade de dar suporte às aeronaves que atuaram diretamente no socorro e apoio às vítimas, quer da FAB, quer das demais FS e órgãos envolvidos (FAB, 2022).

Em todas as situações expostas acima, as FFAA desenvolveram ações muito relevantes, com destaque para a atuação da FAB, que exigiram a excelência na projeção das capacidades (Prazeres, 2021).

4.2.2 Operação Acolhida

O Governo Federal do Brasil instituiu a Operação Acolhida por meio da Diretriz Ministerial n.º 3/2018, do MD, com o objetivo de promover ações de apoio e assistência emergencial humanitária aos refugiados e imigrantes venezuelanos que têm ingressado no país pelo Estado de Roraima. A operação conta com a atuação das FFAA, “em cooperação com outros órgãos municipais, estaduais e federais, para assegurar a dignidade dessa população por meio do apoio em áreas de política social, segurança e saúde” (FAB, 2021a).

A Operação Acolhida é definida como uma grande força-tarefa logística humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de diversos entes federativos, agências da ONU, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100 parceiros (Casa Civil, 2021b).

De acordo com agências da ONU, o número de venezuelanos que deixou o país ultrapassa cinco milhões de pessoas e o Brasil é o quinto destino mais procurado para refúgio (Casa Civil, 2021b).

⁹ Serviço de Informação de Voo de Aeródromo.



O apoio desenvolve-se em três atividades básicas: o ordenamento da fronteira, o acolhimento e a interiorização, sendo esta última a principal estratégia para reduzir a sobrecarga sobre os serviços públicos do estado de Roraima, ocasionada pelo aumento exponencial do fluxo migratório resultante da crise humanitária na Venezuela, bem como, para promover a inclusão socioeconômica dos refugiados na sociedade brasileira (Casa Civil, 2021c).

O ordenamento da fronteira ocorre por meio das medidas de organização na chegada dos migrantes, sendo realizada a triagem e disponibilizados os primeiros cuidados de emergência, com posterior regularização de documentação, oferta de vacinação e controle de fluxo pelos militares das FFAA, em conjunto com outros órgãos do Governo Federal atuam nesta atividade com maior destaque (Casa Civil, 2021b).

No acolhimento, há provisão de abrigo, alimentação e atenção à saúde, tendo sido disponibilizados treze abrigos temporários, onde os refugiados recebem alimentação digna, aulas de português para crianças, atividades culturais, meios para comunicação com parentes na Venezuela, além de proteção e vigilância em período integral (Governo do Brasil, 2020, cit. por Prazeres, 2021, p. 40).

Segundo os dados oficiais da Operação Acolhida, desde abril de 2018, mais de 72 mil venezuelanos foram interiorizados para 810 municípios brasileiros, tendo sido deslocados por vias terrestres e, principalmente, por vias aéreas (Casa Civil, 2021c). Neste eixo, as FFAA e o Ministério da Cidadania, em coordenação com as Secretarias Sociais dos Estados, têm atuação preponderante, destacando a eficiência do trabalho de articulação do Estado Brasileiro em ações de ajuda humanitária de tal importância e envergadura (Prazeres, 2021).

A FAB tem empregado aeronaves para o transporte de materiais e para a interiorização dos imigrantes venezuelanos que manifestam a intenção de se estabelecer em outros Estados (FAB, 2021a). Além disso, a FAB tem cedido médicos para reforço das equipes de saúde que atuam na capital roraimense, assim como, tem provido o apoio de alimentação, por meio do Grupamento de Apoio de Boa Vista, produzindo, diariamente, cerca de 4.500 refeições para serem distribuídas nos abrigos de imigrantes (FAB, 2021a).

A atuação dos militares brasileiros na Operação Acolhida tem proporcionado inúmeros ensinamentos e aprendizados para as tropas brasileiras, que estão sendo capazes de adaptar suas estruturas logísticas e operacionais de combate para uma situação de cunho assistencial humanitário de grande vulto (Oliveira, 2018, p. 13, cit. por Prazeres, 2021, p. 40). Além disso, Prazeres (2021, p. 40) refere que “a complexidade das operações e a necessidade de



uma forte sinergia civil-militar são alguns pontos de profícua aprendizagem e que colocam o país num patamar moderno e do mais alto nível em gestão de ações assistenciais humanitárias”.

4.2.3 O caso do Haiti

De 2004 a 2017, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi a operação internacional de maior duração para as FFAA, assim como, a que empregou os maiores efetivos, desde a campanha da Tríplice Aliança - mais de 37,5 mil militares estiveram em diferentes contingentes naquele país (Pinheiro, 2017).

Durante esse período, o contingente brasileiro enfrentou diversas catástrofes naturais de grande impacto, dentre elas:

a tempestade tropical Noel em 2007; o terremoto em 2010, cuja magnitude foi de 7.0 na escala Richter e provocou um elevado número de vítimas fatais (cerca de 200 mil pessoas, das quais 18 militares brasileiros); e o furacão Matthew, em 2016, que matou cerca de mil civis haitianos no sul do país. (Prazeres, 2021)

Cabe ressaltar que, após o terremoto de 2010, uma aeronave C-130 Hércules da FAB passou a transportar, diariamente, barracas e equipamentos para montar as novas bases do *Brazilian Battalion*¹⁰, além de toneladas de gêneros alimentícios enviados pelo Brasil, para ajuda humanitária (Pinheiro, 2017).

Em agosto de 2021, mais uma vez o Haiti foi assolado por um terremoto e, prontamente, a FAB enviou uma aeronave KC-390 Millennium para a capital do Haiti, em resposta emergencial à tragédia (FAB, 2021b). Foram transportados 32 bombeiros militares, aproximadamente sete toneladas de materiais e equipamentos de emergência e de uso hospitalar, além de 3,5 toneladas de medicamentos e insumos estratégicos (FAB, 2021c).

A Ministra Marissol Romaris, Encarregada de Negócios da Embaixada do Brasil no país, destacou que “O Haiti recebeu a ajuda humanitária de vários países, mas a equipa do Brasil é uma ajuda direcionada especificamente para as necessidades da região mais afetada pelo terremoto” (FAB, 2021c).

4.3 Síntese Conclusiva

O objetivo do presente capítulo foi apresentar a informação necessária para realizar a resposta para a QD2: Quais as principais atuações da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias desde 2010?

¹⁰ Batalhão brasileiro.



Para tal, inicialmente foi feita uma breve contextualização sobre as operações de Suporte e Operações Humanitárias e abordagem da atuação da FAB nas diversas ocorrências de catástrofes naturais e desastres, desde 2010, apresentando as principais características e atividades executadas.

Na sequência, foram abordados dois casos que envolvem ações humanitárias em apoio a outros países, nomeadamente, a Operação Acolhida, para recepção e auxílio aos refugiados da Venezuela, e a MINUSTAH, em que a FAB atuou enquanto integrante das FFAA, no suporte para estabilização e reconstrução do Haiti.

Nesse sentido, analisando-se as principais características de atuação da FAB e conteúdos apresentados, constata-se que as características do Poder Aeroespacial também aparecem em destaque nestes contextos, especialmente no que respeita à Velocidade, ao Alcance e à Flexibilidade, uma vez que é notório que a aplicação dos meios da FAB não se restringe, pura e simplesmente, ao uso do vetor aéreo, atuando também em atividades de terra, nas quais também se denota esmero, maestria, eficiência e eficácia.

Para além disso, destaca-se a atuação logística da FAB, especialmente nas funções logísticas transporte e suprimento.

É importante referir que a experiência obtida pela FAB nas missões apresentadas neste capítulo, foi fundamental para a promissora atuação da Força na Operação COVID-19.

Por fim, ressalta-se, mais uma vez, a capacidade de atuação em operações conjuntas em combinadas, levando, cada vez mais ao desenvolvimento e aprimoramento das capacidades da FAB.



5 Apresentação dos dados e discussão dos resultados: contributos para a criação de um protocolo padrão

Este tópico se propõe a analisar os possíveis contributos fornecidos pela atuação da FAB na Operação COVID-19, bem como, em outras ações de suporte e ações humanitárias no território nacional e em apoio a outros países, as quais abordadas nos capítulos anteriores, para a criação de um protocolo para as Operações de Suporte e Operações Humanitárias na FAB. Ao final, encerra-se o encadeamento lógico que corresponde ao desfecho desta investigação.

5.1 A importância dos protocolos

Diversas vantagens têm sido enumeradas na utilização de protocolos, entre elas: maior segurança aos profissionais e aos beneficiários dos serviços prestados, redução das diferenças e incongruências de ações, aperfeiçoamento na qualificação dos envolvidos na operação e dos responsáveis pela tomada de decisão, facilidade para incorporar novas tecnologias e procedimentos, inovação nas técnicas utilizadas, maior racionalidade no uso dos recursos disponíveis e maior transparência e controlo dos custos (Pimenta, et al., 2014).

Sobressaindo-se ainda como grandes benefícios, os autores apontam que os protocolos proporcionam o bom desenvolvimento de indicadores de processo e de resultados, a propagação de conhecimento, a comunicação profissional clara e coerente e a coordenação adequada das atividades (Pimenta, et al., 2014).

No caso da pandemia do COVID-19, a importância dos protocolos também foi reconhecida pela PAHO, considerando que, apenas um mês após a OMS ter declarado a doença causada pelo novo vírus como emergência de saúde pública de importância internacional, elaborou uma “Lista de verificação para gerenciamento de riscos e impactos de pandemias de COVID-19” (PAHO, 2020b).

O documento foi elaborado com base em alguns pilares básicos e nas diretrizes provisórias de COVID-19, assim como, nas orientações da OMS sobre temas relacionados a outras pandemias e planejamento de emergências em saúde pública, conforme se detalha a seguir: “Preparação para uma emergência; vigilância, investigação de surtos e avaliações de risco; serviços de saúde, manejo clínico e prevenção e controlo de infecção; manutenção de serviços essenciais e recuperação; e prevenção de doenças na comunidade” (PAHO, 2020b, p. 3).

Por fim, ainda em relação à criação, adaptação e ao uso de protocolos, deve-se ter cuidado para que não sejam feitos de forma desordenada, para que não resulte em



recomendações vagas ou não adequadas às características específicas do caso, assim como, deve-se primar para que haja a validação pela equipa de profissionais que atuam diretamente, permitindo o apontamento de falhas na construção dos protocolos, bem como, a indicação de melhorias, para que não haja falhas na sua utilização (Pimenta, et al., 2014).

5.2 Protocolos para atuação em Ações Humanitárias

Terramotos, tempestades, pandemias, terrorismo, cheias, grandes incêndios, acidentes tecnológicos e diversas outras catástrofes e desastres podem ocorrer a qualquer momento, afetando desde uma pequena comunidade até um país ou o mundo inteiro, sendo suas consequências devastadoras, a exemplo do que o mundo vivencia desde o ano de 2020 com o COVID-19 (Cruz Vermelha Portuguesa [CVP], 2022).

A entidade refere ainda que as previsões anunciam que os desastres serão cada vez mais frequentes, gerando efeitos bastante intensos, considerando décadas de alterações climáticas e o aumento das vulnerabilidades e desigualdades sociais, falta de cuidados básicos com a saúde e com a prevenção de doenças e guerras (CVP, 2022).

A CVP (2022) aponta que, quando as catástrofes ocorrem, os serviços de emergência médica, os bombeiros e a polícia são os primeiros a responder, necessitando, no entanto, na maioria dos casos, do apoio conjunto das Forças Armadas e de outras organizações.

Nesse sentido, diversas organizações, como a OMS, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e países do mundo todo tem reconhecido estes fatos e tem buscado criar e aprimorar protocolos dessa natureza, para utilizá-los como uma ferramenta de auxílio às autoridades nacionais e internacionais para elaborar ou revisar planos nacionais de preparação e resposta a situações de crise humanitária. As providências centram-se na prevenção e preparação para catástrofes, para tentar evitar ou minimizar os seus efeitos, adotando-se providências de forma rápida e eficaz (CVP, 2022).

5.2.1 Organização das Nações Unidas

As Nações Unidas possuem um protocolo para casos de atuação em ações humanitárias, tendo sido emitido o documento denominado “Práticas Recomendadas para a Coordenação Civil-Militar Humanitária Eficaz de Ativos Militares Estrangeiros em Desastres Naturais e Produzidos pelo Homem”¹¹ (2018), do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, 2018).

¹¹ *Recommended Practices for Effective Humanitarian Civil-Military Coordination of Foreign Military Assets in Natural and Man-Made Disasters* (UNOCHA, 2018).

Tal publicação pode ser utilizada como um dos documentos de referência para o objeto de estudo deste TII, especialmente ao estabelecer que “a estrutura de ação é baseada em cinco áreas ou fases focais que delineiam as fases e fornecem os guias componentes das ações humanitárias civil-militares num contexto internacional: Preparação, Projeção, Emprego, Transição, Monitoramento e Avaliação” (UNOCHA, 2018, p. 11). As definições e características de cada uma delas são apresentadas na figura 2.



Figura 2 – Fases das estruturas das Ações Humanitárias

Fonte: UNOCHA (2018).

5.2.2 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A maior parte dos Estados-membros da CPLP é classificada como tropical, prevalecendo altas temperaturas e grandes amplitudes térmicas e elevado volume de chuvas, o que lhes confere uma maior suscetibilidade às alterações climáticas globais e os caracteriza também como mais suscetíveis à ocorrência de desastres e catástrofes naturais (Prazeres & Bernardino, 2021).

Os autores apontam também, neste contexto, o Relatório Global de Risco de Desastres Naturais 2020, o qual verifica a possibilidade de ocorrência de catástrofes, com base no grau de exposição, nas vulnerabilidades, no grau de suscetibilidades e na carência de capacidades de resposta (Prazeres & Bernardino, 2021). Considerando os 50 primeiros países desta



relação de risco, a CPLP tem incluídos cerca de 60% dos seus Estados-membros, levando a uma elevada probabilidade de algum país integrante da CPLP ser atingido por mega catástrofes, levando à necessidade de resposta rápida e eficiente da Comunidade, após solicitação de ajuda de algum Estado-membro afetado (Gomes, et al., 2016, pp. 62-64, cit. por Prazeres & Bernardino, 2021, p. 292).

Nesse sentido, no contexto da cooperação de Defesa, a CPLP idealizou uma proposta de um Protocolo de Ações de Resposta a Situações Catástrofes da Comunidade, demonstrando elevada importância e preocupação pelo tema, no intuito de suprir as limitações que os Estados-membros apresentam, assim como, reflete as intenções comunitárias para mitigar os danos causados por possíveis catástrofes (Prazeres & Bernardino, 2021).

5.2.3 Protocolos Brasileiros

Seguindo a tendência mundial, o Brasil possui diversos documentos que contemplam a atuação das FFAA e de outros órgãos em casos de catástrofes e desastres, que demandem a realização de uma ação humanitária.

Ao revisar a Política Nacional de Defesa (PND) e definir seu contexto político, o MD inseriu texto específico a esse respeito, considerando que estas situações têm ocorrido com muita frequência e sempre tem demandado a atuação das FFAA: “Impactos provocados por mudanças climáticas ou por pandemias poderão acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, exigindo pronta resposta do Estado” (MD, 2020c).

No âmbito do MD, existe a Doutrina de Operações Conjuntas, cuja finalidade é “estabelecer os fundamentos doutrinários que orientam as Forças Armadas no processo de planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas” (MD, 2020b, p. 17).

Nesse sentido, merecem destaque os capítulos II, que trata sobre a concepção de preparo e emprego conjunto, VI, que estabelece as atribuições específicas do COMAE, e X, que estabelece os requisitos relacionados à logística e mobilização em Operações Conjuntas (MD, 2020b).

Outra legislação e conceito que merece destaque, no contexto deste TII, é a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil do Brasil (PNPDEC), que foi instituída pela Lei n.º 12.608/2012, de 10 de abril, e veio substituir e ampliar o entendimento contido na Política Nacional de Defesa Civil de 2007 (Lei n.º 12.608/2012, de 10 de abril), conforme se observa a seguir:



Art. 3º. A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável. (Lei n.º 12.608/2012)

É importante referir que, embora a PNPDEC não faça referência direta ao emprego e atuação das FFAA no Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), estabelece que o Conselho Nacional de Defesa Civil é o Órgão Superior, sendo responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes do SINDEC, e seu Plenário é composto por representantes dos Ministérios e de órgãos da Administração Pública Federal, onde se insere o MD (Lei n.º 12.608/2012).

É importante referir que os protocolos brasileiros aqui elencados não são os únicos existentes e não esgotam o tema. No entanto, procurou-se apresentar os mais importantes e representativos.

5.3 Protocolo para operações de suporte e operações humanitárias na FAB

Tradicionalmente, o Brasil apresenta-se como defensor do diálogo e da convivência harmoniosa entre os povos e, nesse viés, continuará a dar sua contribuição para a paz mundial, devendo preparar-se para atender às possíveis demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da ONU ou de organismos multilaterais (MD, 2020c, p. 32). Da mesma forma, o País deve ser capaz de desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias (MD, 2020c, p. 32).

Essas participações deverão atender aos princípios e as prioridades da política externa e da PND, que, conforme já referido, abrange as questões relacionadas à atuação em situações de catástrofes e desastres (MD, 2020c, p. 32).

A Doutrina de Operações Conjuntas prevê que, para o sucesso das operações militares de grande vulto, as FS devem conjugar esforços, compatibilizar procedimentos e integrar as ações, para que se obtenha maior efetividade na execução das Operações Conjuntas (MD, 2020b).

É inegável que a Operação COVID-19 representou uma operação de grande vulto, em que a logística aérea teve papel fundamental para o sucesso da missão, com o empenhamento máximo de todos os meios e recursos, humanos e materiais, para o cumprimento do objetivo



maior: mitigar os efeitos do novo vírus sobre a população brasileira e garantir que o número de mortes seria reduzido.

Nesse viés, as autoridades e Organizações competentes, nomeadamente o MD e os Grandes Comandos da FAB devem ter a concepção plenamente clara de que as capacidades devem ser desenvolvidas e aprimoradas durante as ações que ocorrem na normalidade e nos tempos de paz, obtendo-se a edificação e a sustentação delas.

No mesmo sentido, formação específica e capacitação para essa finalidade devem ocorrer em todos os níveis hierárquicos e em todas as especialidades, quer sejam os pilotos, quer sejam os militares de Intendência¹² ou os integrantes dos quadros técnicos. Todos os elos que participam do apoio são importantes e devem conhecer minuciosamente os requisitos e atividades do protocolo para atuação em Operações de Suporte e Operações Humanitárias.

Uma rápida resposta a catástrofes naturais deve ser orientada para o levantamento das principais necessidades existentes, devendo a resposta inicial a uma ajuda humanitária ser conduzida nas primeiras horas e por equipas locais que conheçam o ambiente, com a finalidade de levantar as necessidades e estabelecer prioridades de socorro (Prazeres, 2021, pp. 51-52). Esta rapidez pode ser a diferença entre salvar ou não muitas vidas (Arii, 2013, p. 19, cit. por Prazeres, p. 52).

Nesse sentido, é de suma importância considerar que os resultados das experiências vividas pela FAB, nos últimos quinze anos, por meio das operações de suporte e operações humanitárias elencadas no capítulo 3 deste TII, e, principalmente, da sua atuação na Operação COVID-19, fazem nascer um novo entendimento e um novo conceito no que diz respeito às ações humanitárias das quais o Brasil participe. O novo conceito deve passar por uma transformação, deixando de atuar segundo uma lógica de uma simples disponibilização de um rol de meios e forças, em atendimento aos pedidos e necessidades das entidades civis responsáveis pela gestão do SINDEC, para uma lógica de adestramento e regulamentação próprios, com protocolos operacionais claramente definidos, para todos os níveis.

Com esse novo conceito, será possível obter diversas vantagens como uma gestão centralizada dos recursos, maior flexibilidade de emprego dos meios, assegurando assim uma capacidade de resposta adequada à multiplicidade de situações (Santos, 2021), especialmente naquelas em que seja necessário o empenhamento das FAB enquanto componente aérea das FFAA.

¹² Especialidade equivalente a Administração Militar.



Para a construção desse protocolo de atuação da FAB em operações de suporte e operações humanitárias, além das experiências elencadas nos capítulos 2 e 3 deste TII, muito se deve valer dos protocolos já existentes, nomeadamente, da ONU, da CPLP e de outros órgãos brasileiros, conforme características apresentadas neste capítulo.

Serve como exemplo, a elaboração de um protocolo padrão de ação, pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do MS, com apoio e participação dos militares da FAB, cuja finalidade foi definir os procedimentos relacionados à assistência em saúde a serem executados para que fosse possível realizar o transporte aéreo de pacientes contaminados com COVID-19 durante a crise do estado do Amazonas, podendo ser usada para outras localidades (Marangon *op. cit.*).

Por fim, cabe mencionar que a experiência da FAB, durante a Operação COVID-19, deixa claro o fato de que a doutrina de atuação em operações de suporte e operações humanitárias seja incorporada rapidamente nos níveis tático e operacional, uma vez que o emprego das FFAA e, por consequência, da FAB, em missões dessa natureza tende a se tornar, cada vez, mais comum.



6 Conclusões

Desde o início de 2020, o mundo passou a ter que enfrentar a pandemia do COVID-19. Com o Brasil não foi diferente, tendo sido criada pelo Governo Federal Brasileiro a Operação COVID-19, cujo principal foco era prover o bem-estar e o apoio à população brasileira para refrear os efeitos do novo vírus.

A atuação das FFAA iniciou-se praticamente em simultâneo à declaração da pandemia pela OMS e essa missão não possuía espaço para falhas, erros ou constrangimentos que não pudessem ser ultrapassados.

No ano de 2020, o apoio foi incessante e incansável. Porém, a partir de janeiro de 2021, o cenário se modificou completamente, tornando-se severamente mais hostil e complicado, fazendo com que os desafios passassem a ser bem mais complexos.

O agravamento dos efeitos da Pandemia no Amazonas foi noticiado pelos diversos meios de comunicação, apresentando, não só o elevado número de mortes, como também, a extrema falta de insumos necessários ao combate e tratamento dos pacientes, especialmente, o oxigênio. Com isso, pôs à prova, ainda mais, a operacionalidade das FFAA e, principalmente, da FAB que, a partir desse momento, assumiu o protagonismo do apoio. Nesse momento, a Operação COVID-19 já contava com quase um ano de ativação. Com a nova conjuntura, o cenário de atuação da FAB na Operação COVID-19 se alterou, levando à necessidade de flexibilizar e adaptar os procedimentos que já vinham sendo executados.

Com o desiderato de investigar o tema deste TII, utilizou-se uma metodologia qualitativa plasmada em um estudo de caso, especificamente a atuação da FAB na Operação COVID-19 e em outras ações humanitárias.

A matéria-prima para a investigação foi obtida por meio da pesquisa bibliográfica e análise documental de legislação enquadrante, normativos internos e doutrina da FAB, do MD e das FFAA, produções científicas sobre o assunto e publicações midiáticas, aplicáveis ao contexto do trabalho realizado, bem como em entrevistas semiestruturadas a pessoas qualificadas com base em critério pautado na formação acadêmica ou na experiência profissional. Cabe referir que as entrevistas se revestiram de especial importância, na medida em que foi possível obter informações que ainda não constam amplamente em fontes escritas, por se tratar, a pandemia do COVID-19, de um caso recente. Esta metodologia e este método possibilitaram a obtenção de dados para que se chegasse às respostas das QD e, conseqüentemente, da QC.



Isto posto, rememora-se que a QC deste trabalho de investigação foi “Quais os contributos da atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19 para a criação de um protocolo para atuação da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias?”, a qual foi respondida de forma convergente por intermédio de duas QD, cujos resultados estão abaixo sumarizados.

A resposta à QD1, “Como se caracterizou a atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19?” pautou-se na análise dos principais atributos, aspetos positivos e constrangimentos que demarcaram a atuação da FAB.

A QD2, “Quais as principais atuações da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias desde 2010?”, foi respondida por meio da apresentação das características das missões de apoio prestado pelo EB, pela MB e pela FAB às catástrofes naturais e desastres decorrentes das enchentes e roturas de barragens, assim como, o apoio à Operação Acolhida e à reconstrução e estabilização do Haiti, no intuito de complementar a ideia desenvolvida na QD1.

Após o advento da pandemia do COVID-19, os militares brasileiros, principalmente os integrantes da FAB, tiveram que passar a conceber a sua preparação sob um ponto de vista mais focado na assistência humanitária, agregando expertise às suas capacidades militares, proporcionada pela experiência e capacidade na condução de operações dessa natureza, quer em território nacional, quer em internacional.

As características do Poder Aeroespacial marcaram o apoio prestado, ficando bastante clara sua presença em todas as atividades e ações da FAB. Merecerem destaque, a Flexibilidade, a Velocidade, o Alcance e a Pronta-resposta.

Para transportar os materiais, efetivos e pacientes, mantendo-se a celeridade, exatidão e as perfeitas condições operacionais, a FAB teve que adaptar, flexibilizar e aperfeiçoar seu sistema logístico, garantindo que a execução das missões fosse mantida, ininterruptamente, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Nesse sentido, os vetores aéreos utilizados demonstraram toda sua capacidade operacional, especialmente o KC-390 Millennium que vem sendo empregue em uma vasta gama de missões, especialmente voltadas para o transporte aéreo logístico, atendendo plenamente os requisitos operacionais da FAB e provendo mobilidade estratégica às FFAA.

Além disso, a interoperabilidade ficou bastante demarcada na atuação da FAB em todas as operações analisadas, principalmente, na Operação COVID-19, na qual a Força



trabalhou em perfeita sintonia com as demais FS e outros órgãos envolvidos, nomeadamente, aqueles subordinados aos governos federal, estadual e municipal.

Para além disso, cabe referir que a Operação COVID-19 demandou a aplicação da logística em larga escala, no transcorrer das missões, destacando-se especialmente as funções logísticas Transporte, Suprimento e Saúde. O vulto das missões e os quantitativos exorbitantes de insumos, militares e pacientes transportados, plasmados nas mais de quatro mil horas voadas e mais de três milhões de quilômetros voados, comprovaram a operacionalidade da FAB.

Como principais aspetos positivos, constatou-se a oportunidade de aprimoramento do serviço de saúde da FAB e a capacidade de atuação conjunta e combinada.

A identificação dos constrangimentos apresenta-se como uma questão substancial, especialmente por se compreender que, através da análise dos problemas, é possível torná-los expectáveis em casos semelhantes, aprendendo, principalmente como mitigá-los ou contorná-los.

Nesse viés, os principais constrangimentos enfrentados pelos militares da FAB fundamentaram-se nos altíssimos índices de cansaço e desgaste mental e psicológico dos militares envolvidos no apoio, assim como, nas baixas e perdas do efetivo decorrentes do acometimento pela COVID-19.

Por fim, cabe referir que uma das grandes lacunas constatadas, através da análise das respostas dos entrevistados, é a não identificação da existência de protocolos e relatórios que centralizem as informações relativas à atuação da FAB na Operação COVID-19. As referências e históricos se encontram desmembrados nos diversos elos, nomeadamente, Comandos Aéreos Regionais e Alas, COMAE, CCj, COC, Comando de Preparo, entre outros.

Apesar dos contratemplos, é importante frisar que o caso em análise pode, sem dúvidas, ser considerado um caso de sucesso em vários aspetos, principalmente em termos logísticos e militares, tendo sido este entendimento apresentado por todos os entrevistados, independentemente do nível de atuação. No entanto, são necessários alguns ajustes e aprimoramentos, no intuito de garantir que, nos próximos casos semelhantes, todos os envolvidos tenham pleno conhecimento de todas as providências que devem ser adotadas em cada fase.



O protocolo deve ser criado por uma equipa multidisciplinar, preferencialmente, composta por pessoas que detenham o conhecimento técnico teórico e por aqueles que tenham participado diretamente na situação e nas atividades as quais se deseja padronizar.

Nesse viés, cabe referir que, caso os protocolos não sejam difundidos e treinados adequadamente, de forma a garantir a compreensão única, padronizada e indubitável dos procedimentos, a proposta poderá ser perdida e o apoio ficará suscetível a falhas e erros.

Deve-se considerar também que, caso a divulgação dos processos do protocolo não seja realizada de forma adequada, ou seja, com total clareza e transparência, poderá haver perdas na celeridade, na eficiência e na eficácia, fazendo com que o apoio não seja prestado de forma adequada, no tempo e urgência que as operações de suporte e operações humanitárias requerem. Deve-se sempre ter em mente que, nestas situações vidas humanas podem ser perdidas, devendo-se garantir, portanto, que a ocorrência de falhas seja próxima de zero.

O Sistema de Salvamento e Resgate da FAB possui como lema duas frases que podem, perfeitamente, ser utilizadas para caracterizar a atuação da FAB na Operação COVID-19 e nas demais operações de suporte e operações humanitárias das quais participou: “Eu sabia que vocês viriam” e “Para que outros possam viver”. Nestas afirmações encontra-se a certeza de que a FAB cumpre, com seriedade, expertise e maestria suas missões constitucionais e subsidiárias.

Cada caso tem sua particularidade e é único. Nesse viés, o estudo de caso representa uma grande mais valia, à medida que se analisam as experiências de quem já trilhou o caminho, sendo possível transmiti-las aos indivíduos e às instituições que passarão por situações semelhantes, reduzindo, sobremaneira as chances de erros ou insucessos. No caso da pandemia da COVID-19, cabe ressaltar que o mundo não esperava que ocorresse e os países não estavam preparados para tal.

Na senda deste desiderato, considerando a importância do assunto a nível mundial, o desenvolvimento do tema contribui sobremaneira para o aprimoramento e intercâmbio de conhecimento e informações entre a FAB e as Forças Armadas Portuguesas e a Guarda Nacional Republicana Portuguesa, especificamente no que respeita à atuação conjunta e combinada, de forma a cooperar na criação de um protocolo padrão para casos semelhantes. Ressalta-se ainda a parceria que já ocorre entre os dois países no âmbito da CPLP. Além disso, auxiliará na criação de um arcabouço histórico e teórico para a ação das FFAA, mais especificamente da FAB, em novas operação de suporte e operações humanitárias.



Uma das grandes limitações à presente investigação foi o fato de não terem sido obtidos ou identificados relatórios centralizados referentes à atuação da FAB na Operação COVID-19. Tal situação dificultou sobremaneira a compilação dos dados e informações acerca do tema. Além disso, algumas informações fornecidas pelo COMAE não puderam ser mais bem exploradas e detalhadas neste TII, por se tratarem de informações sigilosas, especialmente, no que diz respeito aos dados estatísticos por tipo de aeronave empregue.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se que sejam investigadas, de maneira mais abrangente, as demais ações da FAB caracterizadas como Operações de suporte e Operações Humanitárias, tais como, o apoio às enchentes, ao deslizamento de encostas e barreiras e outros de natureza similar. Sugere-se ainda a elaboração de estudo relativo à atuação do COMAE, cujas atribuições representam muitas outras atividades além daquelas apresentadas neste TII.

Por fim, como recomendações de ordem prática, sugere-se que seja realizada uma minuciosa revisão doutrinária na FAB, no sentido de aprimorar as legislações e manuais já existentes para inclusão dos aspectos decorrentes da experiência adquirida durante o apoio prestado à Operação COVID-19, sem desconsiderar aqueles já existentes, preconizados pelo MD e pelas outras FS.

Sugere-se ainda que se estabeleça que, nas situações em que atue nas operações de suporte e operações humanitárias, as organizações envolvidas devem elaborar relatórios minuciosos, com riqueza de detalhes, contendo a descrição de todos os recursos humanos e materiais empregues, os principais constrangimentos, aspectos positivos e lições aprendidas. Estes relatórios devem ser centralizados, preferencialmente no COMAE, de modo a se criar um histórico completo e único acerca das missões, proporcionando o aprimoramento contínuo dos procedimentos e dos protocolos existentes.

Para complementar as ações acima descritas, sugere-se que seja feita a divulgação, dando amplo conhecimento a todas as Organizações que integraram a estrutura de apoio à Operação COVID-19.



Referências Bibliográficas

- Albiero, M., Oliveira, M. S., Pereira, L. B., Monteiro, M. D., & Souza, D. F. (2021). A atuação do Comando Conjunto da Amazônia no combate à COVID-19. *Doutrina Militar Terrestre em Revista, edição especial*(Abril a Junho de 2021), pp. 22-41.
- Bonfadini, Z. (2018). *Emprego do Batalhão de Dobragem, Manutenção de Pára-quedas e Suprimento pelo Ar em missão de apoio à população isolada por calamidade pública ou catástrofe natural*. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais [ESAO].
- Casa Civil. (2021a). Operação COVID-19: 1 ano de atuação no combate à pandemia [Página online]. Retirado de <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/operacao-covid-19-1-ano-de-atuacao-no-combate-a-pandemia>
- Casa Civil. (2021b). A Operação Acolhida [Página online]. Retirado de <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>
- Casa Civil. (2021c). A Operação Acolhida - Interiorização [Página online]. Retirado de <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/base-legal-1/interiorizacao>
- Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro [CCOMSEX]. (2020). A Complexidade Militar do Emprego das Forças Armadas Brasileiras na Operação COVID-19: uma luta sem temor [Página online]. Retirado de https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/11333665
- COMAE. (2022). *Planilha de controle de dados estatísticos da Operação COVID-19*. Brasília: Comando Aeroespacial [COMAE].
- COMAER. (2020). *DCA 1-1 - Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, Volume I*. Brasília: Comando da Aeronáutica [COMAER].
- Cordeiro, L. E. (2021). Força Aérea Brasileira contra COVID-19 um estudo de caso. *Revista Profissional da Força Aérea dos EUA*(Primeira Edição de 2021), pp. 98-108 [versão PDF]. Retirado de https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/JOTA/Journals/Volume%203%20Issue%201/04-Cordeiro_port.pdf
- Cruz Vermelha Portuguesa [CVP]. (2022). Prevenção e preparação para catástrofes [Página online]. Retirado de <https://www.cruzvermelha.pt/socorro-e-emerg%C3%Aancia/situa%C3%A7%C3%B5es-de->



excep%C3%A7%C3%A3o/preven%C3%A7%C3%A3o-e-
prepara%C3%A7%C3%A3o-para-cat%C3%A1strofes.html#a-
prepara%C3%A7%C3%A3o-para-desastres-uma-tarefa-de-todos-os-dias

Decreto n.º 10.593/2020, de 24 de dezembro (2020). *Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres*. Diário Oficial da União, de 28 de dezembro de 2020. Brasília: Presidência da República.

Força Aérea Brasileira [FAB]. (2014). Socorro militar em desastres naturais [Página *online*]. Retirado de <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/19829/MEDICINA-OPERACIONAL---Socorro-militar-em-desastres-naturais-%C3%A9-tema-de-palestras-internacionais>

Força Aérea Brasileira [FAB]. (2021a). Operação Acolhida [Página *online*]. Retirado de <https://www.fab.mil.br/operacaoacolhida>

Força Aérea Brasileira [FAB]. (2021b). FAB prepara KC-390 para apoio à emergência humanitária no Haiti [Página *online*]. Retirado de <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/37781/AJUDA%20HUMANIT%C3%81RIA%20-%20FAB%20prepara%20KC-390%20para%20apoio%20%C3%A0%20emerg%C3%Aancia%20humanit%C3%A1ria%20no%20Haiti>

Força Aérea Brasileira [FAB]. (2021c). FAB participa de ajuda humanitária ao Haiti [Página *online*]. Retirado de <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/37793/AJUDA%20HUMANIT%C3%81RIA%20-%20FAB%20participa%20de%20ajuda%20humanit%C3%A1ria%20ao%20Haiti>

Força Aérea Brasileira [FAB]. (2022). Força Aérea Brasileira presta apoio às vítimas das enchentes em Petrópolis [Página *online*]. Retirado de <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/38643/PETROPOLIS%20-%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%20Brasileira%20presta%20apoio%20%C3%A0s%20v%C3%ADtimas%20das%20enchentes%20em%20Petr%C3%B3polis>

Faria, L., & Liz, W. (2021). Operação COVID-19 - Força Aérea Brasileira na guerra contra o Coronavírus. *Revista Aerovisão*(268 - Ano 48), pp. 18-33. Retirado de <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/37084/AEROVIS%C3%83O%20->



- %20Nova%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20revista%20destaca%20os%20esfor%C3%A7os%20de%20guerra%20da%20FAB%20contra%20a%20COVID-19
- Gröhs, M., Biavaschi, E. L., & Rodrigues, K. F. (2020). Forças Armadas e Capacidade Relacional na Operação COVID-19. *Military Review*(maio de 2020), pp. 1-7. Retirado de <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Artigos-Exclusivamente-On-line/Artigos-Exclusivamente-On-line-de-2020/Forcas-Armadas-e-Capacidade-Relacional-na-Operacao-COVID-19/>
- Jardim, J. (2021). A Logística Militar em Tempos de Crise: COVID-19. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército [ECEME]. Retirado de <http://ompv.eceme.eb.mil.br/>
- Lei Complementar [LC] n.º 117/2004, de 02 de setembro (2004). *Altera a Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias*. Diário Oficial da União, de 03 de setembro de 2004. Brasília: Presidência da República.
- Lei n.º 12.608/2012, de 10 de abril (2012). *Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC e dá outras providências*. Diário Oficial da União, de 11 de abril de 2012. Brasília: Presidência da República.
- Lima, L. (2022). Covid-19: crise de oxigênio em Manaus completa um ano [Página online]. *Amazônia Real*. Retirado de <https://amazoniareal.com.br/um-ano-da-crise-do-oxigenio/>
- Ministério da Defesa [MD]. (2015). Glossário das Forças Armadas - MD-35-G-01. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Defesa [MD].
- Ministério da Defesa [MD]. (2016). Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02 (3ª Edição/2016). Brasília/DF: Ministério da Defesa [MD].
- Ministério da Defesa [MD]. (2020a). A Operação COVID-19 [Página online]. Retirado de <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/a-operacao/a-operacao-covid-19>
- Ministério da Defesa [MD]. (2020b). Doutrina de Operações Conjuntas Volumes I e II. Brasília: Ministério da Defesa [MD].
- Ministério da Defesa [MD]. (2020c). Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa [MD].



- Ministério da Defesa [MD]. (2021). Militares mantem ações de enfrentamento à COVID-19 [Página online]. Retirado de <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/militares-mantem-acoes-de-enfrentamento-a-covid-19>
- Ministério da Saúde. (2022). Operação Repatriação: Saúde envia meia tonelada de insumos e medicamentos para a Ucrânia [Página online]. Retirado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/operacao-repatriacao-saude-envia-meia-tonelada-de-insumos-e-medicamentos-para-a-ucrania>
- Monteiro, J. I., Gonçalves, D. B., & Moises, M. M. (2014). Logística Humanitária: uma análise sobre o atendimento às vítimas do desastre natural da Região Serrana Fluminense em 2011. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(2), pp. 334-343. Retirado de <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x04NotjcJcIJ:https://dialn.et.unirioja.es/descarga/articulo/4901284.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=pt>
- Pan-American Health Organization [PAHO]. (2020a). Histórico da pandemia COVID-19 [Página online]. Retirado de <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>
- Pan-American Health Organization [PAHO]. (2020b). Lista de Verificação para Gerenciamento de Riscos e Impactos da Pandemia de COVID-19. Washington, D.C.: Pan-American Health Organization [PAHO] / Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. Retirado de <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54500>
- Pimenta, C. A., Pastana, I. C., Sichieri, K., Gonçalves, M. R., Gomes, P. C., Solha, R. K., & Souza, W. (2014). *Guia para a construção de protocolos assistenciais de enfermagem*. São Paulo: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo [COREN-SP].
- Pinheiro, A. P. (2017). Missão no Haiti: Legado, Aprendizados e Aperfeiçoamentos. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, 5(12), pp. 103-109.
- Prazeres, F. L. (2021). *A constituição de uma Força de Assistência Humanitária Lusófona e a participação no Mecanismo de Resposta a Catástrofes. Possíveis contributos do Brasil*. Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].
- Prazeres, F. L., & Bernardino, L. B. (2021). A Cooperação de Defesa na CPLP: O mecanismo de resposta a catástrofes e a constituição de uma Força Humanitária



- Lusófona. *Revista Militar*, abril/2021(2631), pp. 285-318. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1546>
- Santos, J. F. (2021). *A ação das forças armadas num cenário de ajuda humanitária e de emergência*. Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].
- Santos, L., & Lima, J. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2ª ed., revista e atualizada)* (Cadernos do IUM, 8 ed.). Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].
- UNOCHA. (2018). *Recommended Practices for Effective Humanitarian Civil-Military Coordination of Foreign Military Assets in Natural and Man-Made Disasters*. Genova: ONU.



Apêndice A – Modelo de Análise

Quadro 8 – Modelo de Análise

Objetivo Geral	Propor contributos para a criação de um protocolo para atuação da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias.						
Objetivos Específicos (OE)		Questão Central		Quais os contributos da atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19 para a criação de um protocolo para atuação da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias?			
		Questões Derivadas (QD)		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados
OE1	Analisar a atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19.	QD1	Como se caracterizou a atuação da Força Aérea Brasileira na Operação COVID-19?	- Ações Humanitárias - Protocolo para atuação em Ações Humanitárias	- Interoperabilidade - Características do Poder Aeroespacial - Ação ou Assistência humanitária - Cooperação Civil-militar - Força de Assistência Humanitária - Operações Conjuntas	- Forma e efetividade de atuação - Adequação dos atores e dos instrumentos ao processo e à finalidade	Pesquisa Documental e Entrevistas Semiestruturadas
OE2	Analisar as principais atuações da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias desde 2010.	QD2	Quais as principais atuações da FAB em Operações de Suporte e Operações Humanitárias desde 2010?	- Operações de Suporte - Operações Humanitárias	- Força de Assistência Humanitária - Operações Conjuntas - Crise humanitária	- Funções, relações e ausências observadas	Pesquisa Documental



Apêndice B – Entrevista Coronel Aviador Regis (COC/MD)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	Márcio José Régis da Silva
Posto:	Coronel Aviador
Cargo/Função:	Assistente Militar do Vice-Chefe de Operações Conjuntas
Local:	Brasília
Data:	25ABR2022
Hora de início e fim:	Não se aplica

Quadro 9 – Guião da entrevista do Coronel Aviador Regis

GUIÃO DA ENTREVISTA
01. A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Na sequência, o Ministério da Defesa (MD) aprovou a Diretriz Ministerial de Planejamento n.º 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, regulamentando o emprego das Forças Armadas Brasileiras (FFAA) na atuação conjunta com o Governo Federal com o objetivo de mitigar as consequências do surto do novo Coronavírus. A partir de então, a 20 de março de 2020, iniciou-se a OPERAÇÃO COVID-19, tendo sido ativado o Centro de Operações Conjuntas (COC), em Brasília, para atuar na coordenação e no planeamento do emprego das FFAA no combate ao vírus. Nesse viés, como o Sr. descreveria a estrutura e a forma de atuação do COC/MD com as demais organizações da FAB envolvidas no apoio à Operação COVID-19? R.: O COC é dividido em células de inteligência, operações, logística, C2, COMSOC, além de Oficiais de Ligação dos Comandos de Operações. No caso da FAB, o Oficial de ligação fazia a conexão com o COMAE, para viabilizar os pedidos de apoio que necessitassem de suporte aéreo. Observe que o COC trata apenas com o COMAE.
02. As Nações Unidas possuem um protocolo de atuação para casos de atuação em ações humanitárias. Sob a ótica do <i>Recommended Practices for Effective Humanitarian Civil-Military Coordination of Foreign Military Assets (FMA) in Natural and Man-Made Disasters</i> (2018), do <i>United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>, um dos documentos de referência, “a estrutura de ação é baseada em cinco áreas focais que delineiam as fases e fornecem os guias componentes das ações humanitárias civil-militares num contexto internacional. Estas fases são: <u>Preparação</u>, <u>Projeção</u>, <u>Emprego</u>, <u>Transição</u>, <u>Monitoramento e Avaliação</u>”. Nesse sentido, o Sr. diria que é possível caracterizar cada uma dessas fases na atuação da FAB na Operação COVID-19? Caso positivo, como o Sr. caracterizaria cada uma delas no período considerado? R.: <u>Preparação</u>: O esforço para a preparação ateu-se em priorizar os meios aéreos e tripulações para atender às demandas da Operação COVID-19. <u>Projeção</u>: A projeção não aconteceu, no sentido de deslocar meios para bases de desdobramento, para que iniciassem operações regionais. O Comando e Controlo foi centralizado e os meios eram projetados conforme as demandas por missões aconteciam. <u>Emprego</u>: O emprego foi realizado por aeronaves de asa fixa (principalmente) e asas rotativas, em transporte de: doentes, materiais hospitalares, pessoal de saúde, vacinas, oxigênio medicinal, usinas de oxigênio etc., utilizando como ponto de apoio Bases da FAB, em todas as regiões do Brasil. <u>Transição</u>: A transição foi bastante suave, com as missões de apoio sendo gradativamente diminuídas, conforme as solicitações de ajuda também diminuía. <u>Monitoramento</u>: O monitoramento foi realizado tanto pelo COMAE, quanto pelo COC MD, por meio de ferramentas de Comando e Controlo. <u>Avaliação</u>: A avaliação era realizada semanalmente, por meio de reuniões no MD.
03. Em janeiro de 2021, o Amazonas vivenciou a situação mais crítica em relação aos efeitos da COVID-19. Tal fato foi noticiado pelos diversos meios de comunicação, apresentando, não só o elevado número de mortes, como também, a extrema falta de insumos necessários ao combate e tratamento dos pacientes, especialmente, o oxigênio. Nesse momento, a Operação COVID-19 já contava com quase 1 ano de ativação. No entanto, dada a situação muito mais delicada, foi necessário intensificar as ações ou alterar e adaptar procedimentos que já vinham sendo executados? Em caso positivo, de que forma ocorreram essas alterações e/ou adaptações? R.: O que aconteceu foi uma alteração de prioridades na utilização dos meios aéreos, em função da alta demanda de suporte advinda de Manaus, inicialmente, e de outras cidades do Estado do Amazonas. Algumas adaptações foram realizadas em algumas aeronaves para que se fosse possível transportar tanques de oxigênio líquido.
04. Quais os principais óbices (constrangimentos) constatados pelo COC/MD na condução da Operação



COVID-19, especialmente no que diz respeito à atuação da FAB?

R.: Um dos principais óbices foi a grande quantidade de demandas advindas de diversos órgãos governamentais. O tratamento dessas demandas sobrecarregou as equipes de planejamento. Quanto à FAB, não houve óbices quanto à sua atuação. Desde que a missão fosse praticável, ela era cumprida, dentro das limitações operacionais, mesmo que levasse mais tempo.

05. Quais as principais características inerentes ao adestramento e à preparação operacionais da FAB em suas atividades rotineiras, que o Sr. julga que foram essenciais para o sucesso da atuação na Operação COVID-19?

R.: Basicamente, o apoio prestado à Operação COVID-19, limitou-se a missões de Transporte Aéreo, a qual é treinada frequentemente pelos Esquadrões de Transporte Aéreo em seus programas de manutenção operacional em sede e, também, em Exercício Operativos ao longo de cada ano.

06. Foi solicitado pelo COC/MD que os/as Organizações da FAB envolvidas no apoio à Operação COVID-19 produzissem relatórios para tratamento de dados e criação de arquivo pelo MD?

R.: Sim. Solicitou-se que as FFAA enviassem diariamente relatórios de missão ao COC-MD.

07. Existe um protocolo padrão, regulamentado pelo COC/MD, ou por outro Órgão, para ativação das estruturas e execução das atividades nos casos de Operações de Suporte e Operações Humanitárias em que haja atuação da FAB? Caso positivo, o Sr. poderia esclarecer: a) De que forma a informação é difundida para as unidades que atuam na estrutura de operações dessa natureza, quer operacionalmente, quer nas atividades de apoio? b) Que contributos a experiência vivenciada pela FAB na Operação COVID-19 pode proporcionar para aprimoramento do protocolo existente, no sentido de garantir maior celeridade, eficiência e eficácia em casos dessa natureza?

R.: Não necessariamente. Geralmente a ativação dessas missões é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e pelo Ministério das Relações Exteriores, os quais solicitam suporte ao MD. Nem sempre a estrutura do COC é ativada quando dessas operações. As FFAA são acionadas pela Chefia de Operações Conjuntas e, mediante coordenação direta com aqueles ministérios planeiam e executam essas missões.

No caso da Operação COVID-19, não houve um acionamento abrupto, como acontece em catástrofes, tais como o terremoto no Chile ou o desastre de Brumadinho.

Foi uma operação logística de larga escala e que perdurou por aproximadamente dois anos (até agora não foi encerrada) em apoio à vacinação, ao transporte de pacientes, transporte de médicos e insumos, apoio a aldeias indígenas isoladas (cestas básicas e vacinação). O Protocolo empregado foi o de Garantia da Lei e da Ordem, com Decreto assinado pelo Presidente da República. O papel da FAB foi crucial para o transporte de materiais e pessoas. A grande lição está na experiência para acionamento do COMAE (melhoria do processo de recebimento e tratamento das demandas de apoio), de modo que a eficiência no emprego desses meios aéreos fosse otimizada.

08. Caso a resposta à questão anterior informe que não existe protocolo padrão para casos dessa natureza, que contributos e lições podem ser fornecidas pela FAB para criação do mesmo?

R.: Nada a referir.

09. Sob o ponto de vista do COC/MD, por que a atuação da FAB na Operação COVID-19 pode ser considerada como um caso de sucesso? Que aspectos positivos o Sr. poderia citar?

R.: A FAB se engajou com todos os meios que podia engajar, na medida em que os tipos e quantidades de pedidos de apoio foram feitos. A prontidão e presteza no atendimento das demandas foram destaques.

10. O Sr. gostaria de apontar outras questões, aspectos e/ou considerações acerca da atuação da FAB na Operação COVID-19?

R.: Nada a referir.



Apêndice C – Entrevista Tenente-Coronel Intendente Emanuel (GAP-MN)

Nome:	Emanuel Rosa dos Santos Junior
Posto:	Tenente-Coronel Intendente
Cargo/Função:	Chefe do GAP-MN
Local:	Grupamento de Apoio de Manaus
Data:	01ABR22
Hora de início e fim:	18:00h – 20:00h

Quadro 10 – Guião da entrevista do Tenente-Coronel Intendente Emanuel

GUIÃO DA ENTREVISTA
01. A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Na sequência, o Ministério da Defesa (MD) aprovou a Diretriz Ministerial de Planeamento n.º 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, regulamentando o emprego das Forças Armadas Brasileiras (FFAA) na atuação conjunta com o Governo Federal com o objetivo de mitigar as consequências do surto do novo Coronavírus. A partir de então, a 20 de março de 2020, iniciou-se a OPERAÇÃO COVID-19, tendo sido ativado o Centro de Operações Conjuntas (COC), em Brasília, para atuar na coordenação e no planeamento do emprego das FFAA no combate ao vírus. Nesse viés, como foi a atuação do Grupamento de Apoio de Manaus (GAP-MN) na Operação COVID-19? R.: O GAP-MN atuou no apoio à Operação, provendo, essencialmente, o suporte necessário ao empenhamento das tripulações para transporte de materiais e pacientes. Além disso, como Organização responsável pelo apoio administrativo na Guarnição de Aeronáutica de Manaus (GUARNAE-MN), adotou providências para aquisição de todos os materiais e contratação de todos os serviços necessários. Ressalta-se que a GUARNAE-MN é composta por diversas Organizações Militares, principalmente, o Comando Aéreo Amazônico (COMAR VII), a Ala 8, compreendendo os Esquadrões Arara (1º/9º GAV), Cobra (7º ETA), Harpia (7º/8º GAV) e Pacau (1º/4º GAV), o Hospital de Aeronáutica de Manaus (HAMN), a Prefeitura de Aeronáutica de Manaus (PAMN), o Destacamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica de Manaus (DACO-MN) e o Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA IV).
02. Durante os anos de 2020 e 2021, que funções relacionadas à Operação COVID-19 o Sr. desempenhou? R.: De janeiro/2020 a março/2021 atuei como Chefe do GAP-MN, exercendo, principalmente, as atividades elencadas na questão anterior.
03. Quais as principais atividades executadas e características da atuação da FAB, na Operação COVID-19, no que diz respeito ao apoio prestado pelo GAP-MN? R.: Foi prestado todo o apoio necessário ao sucesso da missão, incluindo, principalmente, hospedagem, alimentação, transporte e fornecimento de equipamentos de proteção individual e materiais de limpeza e higiene pessoal, para proteção de todos os militares envolvidos na Operação COVID-19, quer na função de apoiados, quer na função de apoiantes.
04. Entre a ativação da Operação COVID-19 e o início efetivo da atuação da FAB na mesma, houve um interregno de poucos dias. Nesse viés, como ocorreu o planeamento, a coordenação e a operacionalização para a efetividade do apoio pelo GAP-MN, enquanto elo de suporte na cidade de Manaus-AM? R.: Considerando-se a inesperada avalanche de demandas, não houve muito tempo para as atividades relacionadas ao planeamento. O apoio tinha que ocorrer. Dessa forma, essas três fases ocorriam praticamente de forma simultânea.
05. Como se caracterizou a interação do GAP-MN com o COMAE, com o Centro de Operações Conjuntas (COC), com o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) e com o Comando Conjunto da Amazônia durante a Operação COVID-19? E com os demais Órgãos da Administração Pública Federal envolvidos na Operação COVID-19? Caso o Sr. julgue pertinente, podem ser incluídos outras organizações na resposta. R.: O GAP-MN não interagiu diretamente com estas Organizações para o apoio à Operação COVID-19. As demandas e interações estavam restritas à Ala 8, para as questões operacionais, e ao Centro de Apoio Administrativo (CEAP), para as questões administrativas. Ressalta-se que esta estrutura proporcionou a centralização de informações e demandas, tendo como consequência, principalmente, a celeridade e transparência.
06. Em janeiro de 2021, o Amazonas vivenciou a situação mais crítica em relação aos efeitos da COVID-19. Tal fato foi noticiado pelos diversos meios de comunicação, apresentando, não só o elevado número de mortes, como também, a extrema falta de insumos necessários ao combate e tratamento dos pacientes,



especialmente, o oxigênio. Nesse momento, a Operação COVID-19 já contava com quase 1 ano de ativação. No entanto, dada a situação muito mais delicada, foi necessário intensificar as ações ou alterar e adaptar procedimentos que já vinham sendo executados? Em caso positivo, de que forma ocorreram essas alterações e/ou adaptações? Quais as principais providências e atividades executadas pelo GAP-MN para o incremento a esse apoio?

R.: Foi necessário realizar adaptações e modificar procedimentos essencialmente nos serviços de alojamento e alimentação. Quanto ao Hotel de Trânsito (alojamento), ao observar o cenário que se formava reservamos o hotel de Graduados, que inclusive já estava prestando apoio ao Hospital de Aeronáutica de Manaus, tendo sido disponibilizados 14 leitos. Esta capacidade foi duplicada no dia seguinte. Além disso, determinei que o Chefe dos Hotéis de Trânsito permanecesse em contato direto com o Oficial de Operações, considerando possível acionamento para pernoite de tripulações. Foram também criados outros postos de serviço nos Hotéis de Trânsito, além daqueles existentes na normalidade. Formulei uma força-tarefa para tratar especificamente de hospedagem, alimentação e transporte terrestre, de forma que passaram a ficar disponíveis para essa finalidade, 6 oficiais, 12 graduados e 16 soldados.

Nessa equipa havia elementos responsáveis pelo suporte dos sistemas elétricos, hidráulicos e de refrigeração (ar-condicionado e frigobar). Além disso, foi destacada uma Sargento, que atuou durante anos na Seção de Doutrina da Academia da Força Aérea e foi eleita monitória destaque do Curso de Especialização de Soldados, para doutrinar e treinar diariamente os soldados envolvidos no atendimento direto às tripulações e doentes que necessitavam de pernoite. O objetivo foi elevar o nível qualitativo de atendimento e consolidar boas práticas no atendimento aos hóspedes.

Além disso, em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, havia um Oficial e um Graduado de serviço para o atendimento das demandas relativas a equipagens, os quais permaneciam em contato direto com o Oficial de Comando e Controle, no intuito de minimizar o tempo para o suporte, bem como, evitar ruídos ou falhas na comunicação.

Nessa equipa foram estabelecidos três níveis de atuação: operacional, supervisão e coordenação/planeamento.

No nível operacional, mormente atuaram os Soldados que, diariamente, conferiam a disponibilidade e atendiam aos hóspedes, disponibilizavam álcool em gel e supriam demandas determinadas pela supervisão. A supervisão era realizada por sete graduados que aferiam a disponibilidade de roupas de cama, material de higiene, dos sistemas elétricos, hidráulicos, de refrigeração, climatização, televisores e gêneros de alimentação.

O planeamento/coordenação tinha suas atribuições divididas entre cinco Oficiais, com o intuito de manter a disponibilidade de hospedagem, informar à supervisão as demandas de hospedagem para que fosse feita a aferição dos hotéis, bem como, para que fosse prestada a devida assessoria ao Chefe do GAP-MN.

A Seção de Subsistência forneceu todos os itens de alimentação necessários, tanto à equipa que prestava o apoio, quanto para aqueles envolvidos diretamente no transporte de materiais e pacientes, como por exemplo, lanches, refeições e abastecimento de frigobar. Cabe ressaltar que, por muitas vezes, as tripulações não tinham tempo sequer para fazer as refeições nos refeitórios ou ir ao alojamento para repousar e tomar banho. Muitas refeições foram realizadas nas próprias aeronaves. Além das refeições de rotina, eram fornecidos, diariamente, para apoio às tripulações, mais de 300 lanches reforçados, os quais, muitas vezes, serviam de substitutos do jantar.

A Seção de Transporte de Superfície atendeu todas as demandas das tripulações, do H Camp e da Área Operacional. Foram alocadas, permanentemente, três viaturas, sendo uma pick-up, dedicada exclusivamente ao apoio da equipa do H Camp, uma Ducato e um Siena. Foram mantidos, todos os dias, dois motoristas de prontidão na Seção de Transporte de Superfície.

O coleta de itens para o serviço de lavagem e higienização de roupas de cama era realizado duas a três vezes ao dia, tendo sido necessário realizar a adequação do contrato já existente na Guarnição, com o objetivo de minimizar a possibilidade de contaminação dos militares e servidores.

Nos quartos em que ficavam hospedadas as tripulações que tinham contato direto com os doentes, era realizada limpeza similar à limpeza de ambiente hospitalar, por empresa especializada.

Foi também preparada uma área específica para desinfecção e higienização das tripulações e equipas médicas e de solo que atuaram no transporte de doentes.

07. Quais os principais óbices (constrangimentos) constatados pelo GAP-MN no apoio à Operação COVID-19?

R.: Certamente, o maior problema enfrentado pelo GAP-MN e, talvez por toda a estrutura de apoio da FAB e das FFAA à Operação, foram os efeitos causados diretamente pelo vírus. Um número bastante elevado de militares teve que ser afastado de suas atividades, incluindo o apoio à Operação COVID-19, em decorrência da contaminação pelo novo vírus, ou contato com contaminados, que gerou diversos constrangimentos para que o apoio pudesse continuar. Além disso, o fechamento de estabelecimentos comerciais e fábricas



decorrente de determinações das autoridades sanitárias e governamentais, dificultou a aquisição de materiais e contratação de serviços essenciais ao suporte fornecido pelo GAP-MN.

08. Quais as principais características inerentes ao adestramento e à preparação operacionais da FAB em suas atividades rotineiras, que o Sr. julga que foram essenciais para o sucesso da atuação na Operação COVID-19?

R.: Todas as atividades inerentes à formação dos militares da FAB, em todos os níveis hierárquicos, desde os Soldados até os Oficiais, demonstraram ser bastante coerentes, considerando que proveram todo o suporte emocional e operacional para a atuação de cada um de nós.

09. Foi solicitado pelo COMAE, ou por algum outro elo da estrutura da Operação COVID-19, que o GAP-MN produzisse relatórios para tratamento de dados, arquivo e criação de histórico?

R.: Não foram produzidos, formalmente, relatórios sobre o apoio prestado pelo GAP-MN. No entanto, eram enviadas, diariamente, informações detalhadas ao CEAP, contendo todas as providências adotadas e decisões tomadas, deixando explícito, inclusive, todos os dados relativos aos meios e recursos empregues na missão. Conforme já referi anteriormente, o GAP-MN era subordinado administrativamente ao CEAP. Por meio do relatório apresentado por mim, enquanto Comandante da Organização, era utilizado para atualizar os Grandes Comandos acerca da real situação do apoio em Manaus, assim como, para que o CEAP interviesse e atuasse para a obtenção de materiais porventura não disponíveis no GAP-MN, que fossem imprescindíveis ao suporte.

10. Existe um protocolo padrão, regulamentado pelo COMAE, ou por outro Órgão, para ativação das estruturas e execução das atividades nos casos de Operações de Suporte e Operações Humanitárias em que haja atuação da FAB? Caso positivo, pede-se que sejam esclarecidas duas questões: a) De que forma a informação é difundida para as unidades que atuam na estrutura de operações dessa natureza, quer operacionalmente, quer nas atividades de apoio? b) Que contributos a experiência vivenciada pela FAB na Operação COVID-19 pode proporcionar para aprimoramento do protocolo existente, no sentido de garantir maior celeridade, eficiência e eficácia em casos dessa natureza?

R.: Desconheço a existência deste protocolo específico da FAB.

11. Caso a resposta à questão anterior informe que não existe, ou que o Sr. desconhece a existência de algum protocolo padrão para casos dessa natureza, que contributos e lições podem ser fornecidas para criação do mesmo?

R.: A operacionalidade, a presteza, a celeridade e a prontidão, além da resiliência e capacidade de adaptação e flexibilidade demonstrados em todos os níveis hierárquicos contribuem sobremaneira para a criação de um protocolo para casos semelhantes ou que demandem atuação similar.

12. Sob o ponto de vista do GAP-MN, na condição de elo de apoio, a atuação da FAB na Operação COVID-19, pode ser considerada como um caso de sucesso? Explique.

R.: Sem dúvida alguma, a atuação da FAB pode ser considerada um sucesso. Apesar de diversas dificuldades que surgiram durante o apoio prestado, todas elas puderam ser ultrapassadas, fazendo com que nenhuma demanda deixasse de ser atendida. Graças ao espírito de abnegação e entrega do efetivo do GAP-MN, foi possível reduzir os drásticos efeitos da doença causada pelo novo vírus.

13. O Sr. gostaria de apontar outras questões, aspetos e/ou considerações acerca da atuação do GAP-MN e da FAB na Operação COVID-19?

R.: Todo o efetivo do GAP-MN demonstrou que a FAB está plenamente preparada para atuar em qualquer situação e atender qualquer demanda relacionada à sua missão constitucional e à sua missão institucional, assim como, às missões subsidiárias. É motivo de grande orgulho ter estado à frente de uma equipa que demonstrou total comprometimento com a missão, principalmente, para que se evitasse que mais vidas humanas fossem perdidas.



Apêndice D – Entrevista Major Aviador Marangon (Ala 8)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	Olívio Martini Marangon
Posto:	Major Aviador
Cargo/Função:	Chefe de Segurança de Voo
Local:	Base Aérea de Manaus
Data:	22MAR2022
Hora de início e fim:	18:00h – 20:00h

Quadro 11 – Guião da entrevista do Major Aviador Marangon

GUIÃO DA ENTREVISTA
1. A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Na sequência, o Ministério da Defesa (MD) aprovou a Diretriz Ministerial de Planejamento n.º 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, regulamentando o emprego das Forças Armadas Brasileiras (FFAA) na atuação conjunta com o Governo Federal com o objetivo de mitigar as consequências do surto do novo Coronavírus. A partir de então, a 20 de março de 2020, iniciou-se a OPERAÇÃO COVID-19, tendo sido ativado o Centro de Operações Conjuntas (COC), em Brasília, para atuar na coordenação e no planejamento do emprego das FFAA no combate ao vírus. Nesse viés, como foi a atuação da Ala8 na Operação COVID-19? R.: Além do COC em Brasília, as FFAA se organizaram regionalmente, e em cada Comando Militar de área do Exército. Em Manaus, foi criado o Comando Conjunto Amazônia (CCj Amz), onde a FAB atuou com a representação de militares que atuavam como elos, cuja função era ajustar as demandas solicitadas ao Comando Conjunto e encaminhar ao Ministério da Defesa para ser analisada e, posteriormente destinada ao COMAE para dar início à missão de Força Aérea solicitada. A atuação da FAB na Operação COVID-19 na Amazônia não se restringiu ao empenhamento da Ala 8, mas sim de todas as Organizações integrantes da Guarnição de Aeronáutica de Manaus. Os militares concorriam a uma escala de serviço no Comando Militar da Amazônia (CMA). As demandas eram recebidas por esses militares e, via de regra, não havia interação direta com o COMAE. As solicitações eram recebidas e transmitidas ao COC, sediado no MD.
2. Durante os anos de 2020 e 2021, que funções relacionadas à Operação COVID-19 o Sr. desempenhou? R.: Durante o período, atuei como representante da FAB no Comando Conjunto Amazônia por períodos de 15 dias, em regime de revezamento com outros militares. Durante a crise de falta de oxigênio em Manaus, eu estava em um desses serviços, motivo pelo qual fui destacado para ficar à disposição de um Gabinete de Crise criado para formalizar, no padrão previsto pelo MD, as demandas do Ministério da Saúde, Órgãos Estaduais e Municipais do estado do Amazonas, além de diversos setores da sociedade.
3. Quais as principais características da atuação da FAB na Operação COVID-19, no que diz respeito à coordenação das atividades, na visão da Ala8? Quais as principais cidades apoiadas? R.: Dentre as atividades desempenhadas na função em que eu atuei, no Gabinete de Crise, uma das principais era de assessoria aos Órgãos de Saúde, caracterizando as missões solicitadas como viáveis ou inviáveis. Para aquelas consideradas viáveis, formalizavam-se os pedidos para que fossem encaminhados ao COC, no MD. Cumpru esclarecer que a classificação de uma missão como viável ou inviável, caracterizava-se por verificar aspectos operacionais relacionados ao de peso, volume e características dos materiais que se pretendia transportar, assim como, a capacidade de cada aeronave empregada e características das pistas de destino, especialmente no que respeitava ao balizamento e condições de pouso (noturno e/ou diurno). Ressalto que a situação vivenciada assemelhava-se a uma situação de guerra, em que os militares envolvidos na Operação precisavam se desdobrar e atuar com extrema dedicação e esforço para tentar minimizar os efeitos e consequências difundidos pela média, especialmente no que respeitava ao esgotamento dos insumos de oxigênio e aumento do número de mortos. Para cada dia vivido, era possível escrever um livro. Era necessário que os militares tratassem os dados das solicitações de apoio com riqueza de detalhes, primando, especialmente, pela correção e celeridade, com o objetivo de garantir que as necessidades pudessem ser supridas com a maior agilidade possível. Para que houvesse uma segregação de funções, assim como, para evitar falhas de comunicação, para cada pedido era nomeado um coordenador, nomeadamente, alguém ligado ao órgão demandante. Além disso, havia elevada demanda e interação com os órgãos de comunicação social, especialmente, quando havia transporte de pacientes para outros estados. Nesse sentido, cabe ressaltar que os militares alocados no CCA evitavam falar com a mídia, especialmente em virtude de, naquele momento, ser altamente recomendável que a interação com os OCS fosse feita pelos militares destinados a essa



finalidade, no intuito de preservar a imagem da Força Aérea perante a sociedade e garantir que a informação fosse transmitida de maneira adequada.

As principais cidades apoiadas foram Manaus, a capital do Amazonas, Parintins, Tefé e Coari, cidades do interior do Amazonas, cabendo referir que a três primeiras localidades têm estrutura para pouso noturno. Para Parintins, foram transportados muitos cilindros de oxigênio e, posteriormente, foi transportada uma usina para produção de oxigênio, no intuito de conceder maior capacidade de suprimento deste insumo crucial para a sobrevivência dos pacientes.

4. As Nações Unidas possuem um protocolo de atuação para casos de atuação em ações humanitárias. Sob a ótica do *Recommended Practices for Effective Humanitarian Civil-Military Coordination of Foreign Military Assets (FMA) in Natural and Man-Made Disasters* (2018), do *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, um dos documentos de referência, “a estrutura de ação é baseada em cinco áreas focais que delineiam as fases e fornecem os guias componentes das ações humanitárias civil-militares num contexto internacional. Estas fases são: Preparação, Projeção, Emprego, Transição, Monitoramento e Avaliação”. Nesse sentido, o Sr. diria que é possível caracterizar cada uma dessas fases na atuação da FAB na Operação COVID-19? Caso positivo, como o Sr. caracterizaria cada uma delas no período considerado?

R.:

Preparação: A FAB mantém suas aeronaves e tripulações em constante preparo, todas as tripulações executam treinamentos rotineiros de suas habilidades para estarem aptos para quaisquer situações que necessitem o Emprego. A preparação para ajuda humanitária em desastres naturais requer um tempo de adequação e estudo da característica daquele fenômeno para empregar os meios apropriados e necessários para atender a demanda específica

Projeção: A transição entre a atuação da FAB como elo coadjuvante para um protagonista da situação se deu instantaneamente após as autoridades serem informadas da gravidade do fato. Na ocasião, a atuação do Ministro da Saúde, sendo um Oficial General da Ativa do Exército, que foi Comandante do Comando Militar da Amazônia, foi de fundamental importância para estabelecer o contato próximo com o Ministério da Defesa e colocar a estrutura das FFAA imediatamente à disposição para atuar no cenário de crise. O Sr. General e Ministro conhece com riqueza de detalhes as peculiaridades da cidade de Manaus e da Amazônia como um todo, além das capacidades e características das FFAA. Não há precedentes para avaliar como teria sido conduzido todo esse apoio, se não existisse tão perfeito alinhamento. Ressalto que, se todo apoio empregado tivesse sido tentado por companhias privadas e contratos talvez a crise poderia ter alcançado maiores níveis de mortalidade.

Emprego: O emprego foi ofertado por dedicação de 02 aeronaves C-99 para o transporte de enfermos, todos os C-105 disponíveis para transporte de Cilindros de Oxigênio para o interior e também transporte de enfermos, C-130 3 Kc-390 para transporte de Cilindros de oxigênio gasoso, ISOTANQUE e ISOCONTAINER de oxigênio líquido de São Paulo e Brasília para Manaus para atender a demanda escassa e pendente na cidade de Manaus-AM.

Transição: Após a estabilização no fornecimento de oxigênio e o aumento da capacidade de leitos de UTI na cidade de Manaus-AM os meios aéreos foram sendo recolhidos conforme coordenação entre MD e COMAE.

Monitoramento: O monitoramento e dados estatísticos de horas de voo e material transportado ficou a cargo do COMAE o qual recebe os relatórios das tripulações.

Avaliação: O processo de avaliação e produção de relatórios não foi acompanhado por mim.

5. Entre a ativação da Operação COVID-19 e o início efetivo da atuação da FAB na mesma, houve um interregno de poucos dias. Nesse viés, como ocorreu o planejamento, a coordenação e a operacionalização para a efetividade do apoio pela Ala8, enquanto elo de coordenação na cidade de Manaus-AM?

R.: Não sei responder esse questionamento, tento em vista que a FAB estava atuando desde antes do momento da maior situação de crise e, ao ser acionada para atender a falta de abastecimento de oxigênio, deslocou todo seus meios disponíveis necessários para atuar no cenário de Manaus.

6. Como se caracterizou a interação da Ala8 com os Órgãos da Administração Pública Federal durante a Operação COVID-19?

R.: A FAB, por meio da Ala 8, ofereceu todo seus equipamentos, depósitos, pátios de estacionamento de aeronaves, pista, Equipamento de Apoio ao Solo e todo o efetivo de apoio nas missões requeridos a fim de atender as demandas dos Órgãos de Administração pública. Nesse viés, no período de crise, as instalações da Ala 8 estavam funcionando dedicadas 24 horas para o atendimento das Missão COVID-19.

Cabe ressaltar que foi elaborado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, com total apoio e participação dos militares da FAB, um protocolo padrão de ação, cuja finalidade foi estabelecer os procedimentos relacionados à assistência em saúde a serem executados para possibilitar o



transporte aéreo de pacientes COVID-19 durante a crise do estado do Amazonas, podendo ser usada para outras localidades.
7. Como se caracterizou a interação da Ala8 com o COMAE, com o Centro de Operações Conjuntas (COC), com o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) e com o Comando Conjunto Amazônia durante a Operação COVID-19? R.: Dentre diversos elos, no setor em que eu atuava, o fluxo de documentação seguia da seguinte forma: Recebimento do Pedido de apoio – Formalização no Padrão MD – envio ao ELO de ligação da FAB em Brasília, (aprovação e destinação ao COMAE) – O COMAE acionava os meios disponíveis e necessários.
8. Em janeiro de 2021, o Amazonas vivenciou a situação mais crítica em relação aos efeitos da COVID-19. Tal fato foi noticiado pelos diversos meios de comunicação, apresentando, não só o elevado número de mortes, como também, a extrema falta de insumos necessários ao combate e tratamento dos pacientes, especialmente, o oxigênio. Nesse momento, a Operação COVID-19 já contava com quase 1 ano de ativação. No entanto, dada a situação muito mais delicada, foi necessário intensificar as ações ou alterar e adaptar procedimentos que já vinham sendo executados? Em caso positivo, de que forma ocorreram essas alterações e/ou adaptações? R.: Devido a necessidade de transporte de pacientes para outros estados, transporte de oxigênio de outros estados para Manaus e de Manaus para o interior do Estado, a FAB, passou de papel coadjuvante para o papel de protagonista. Assim, adaptou seus meios, efetivo e instalações para atender a todas as demandas que lhe foram solicitadas, dos diversos órgãos e estruturas governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal.
9. Quais os principais constrangimentos (óbices) constatados pela Ala8 na condução da Operação COVID-19? R.: Devido ao fato de estar alocado e trabalhando fisicamente fora das instalações da ALA8, não julgo ser o militar mais apropriado para falar sobre os óbices da ALA-8. Porém posso dizer que as equipes de serviço e Equipamentos de Apoio ao Solo trabalharam arduamente, atingindo picos de fadiga e desgaste devido ao enorme volume de ações necessárias. Além disso, ocorreram muitos constrangimentos relativos à preparação e atendimento das demandas de algumas cidades, principalmente, Tefê e Coari. Os apoios solicitados eram prontamente providenciados pela FAB, porém, os insumos não eram disponibilizados para o transporte, especialmente os cilindros de oxigênio, em virtude de problemas logísticos dos órgãos externos ao COMAER. Quando os materiais chegavam ao Posto CAN para carregamento das aeronaves, o horário já não permitia a decolagem, considerando que chegariam ao destino após o por do sol, impossibilitando o pouso. Assim, muitas vezes, os hospitais destas cidades ficavam sem reservas de oxigênio para manter os pacientes durante a noite.
10. Quais as principais características inerentes ao adestramento e à preparação operacionais da FAB em suas atividades rotineiras, que o Sr. julga que foram essenciais para o sucesso da atuação na Operação COVID-19? R.: O preparo de cargas que normalmente é solicitado com antecedência de 48 horas passou a ser realizado em 3 ou 4 horas. Nesse sentido, a Flexibilidade, Pronto-resposta, Alcance foram características do Poder Aeroespacial fundamentais para o cumprimento da missão.
11. Os cálculos relativos ao fornecimento dos insumos necessários ao apoio à Operação COVID-19 eram feitos pelo COMAE ou pelas demais Unidades integrantes da estrutura de apoio? R.: Foram necessários diversos insumos para diversas missões diferentes, alguns insumos Médicos, foram fornecidos pelos setores da sociedade, enquanto os insumos típicos de Força Aérea foram fornecidos pela FAB. Nesse item pudemos ver a dedicação e abnegação dos órgãos de Saúde, Defesa Civil, Bombeiros, Secretaria Estadual e Municipal de saúde atuando juntos dedicados em atender a missão.
12. Foi solicitado pelo COMAE que os Comandos Conjuntos, ou as Unidades Subordinadas aos mesmos, durante a Operação COVID-19, produzissem relatórios para tratamento de dados e arquivo pelo COMAE? R.: Quanto aos relatórios, informo que não tenho conhecimento sobre a responsabilidade de compilação de dados e emissão dos documentos, nem sobre qual era a Organização responsável por esta tarefa. Creio que os mesmos estavam sob a ingerência e responsabilidade do Comando de Preparo (COMPREP), porém, não tenho certeza. No entanto, posso buscar a informação e complementar posteriormente a resposta. Após o término do atendimento da crise o COMAR 7 elaborou um relatório. Porém não participei da confecção e não sei informar quem solicitou.
13. Além dos CC, do COMAE e do CCLM, foi necessária a criação ou o estabelecimento de outra(s) estrutura(s) no intuito de garantir a eficiência e a eficácia das ações executadas no âmbito da Operação COVID-19? R.: Sim, foi criado o Gabinete de Crise, sediado no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), órgão já existente, pertencente à estrutura da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Nesse Gabinete de Crise



atuavam em conjunto todas as estruturas e organizações envolvidas na Operação COVID-19: A FAB, o CCJ Amz, o Ministério da Saúde, a Defesa Civil e os demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

14. Existe um protocolo padrão, regulamentado pelo COMAE, ou por outro Órgão, para ativação das estruturas e execução das atividades nos casos de Operações de Suporte e Operações Humanitárias em que haja atuação da FAB? Caso positivo, pede-se que sejam esclarecidas duas questões: a) De que forma a informação é difundida para as unidades que atuam na estrutura de operações dessa natureza, quer operacionalmente, quer nas atividades de apoio? b) Que contributos a experiência vivenciada pela FAB na Operação COVID-19 pode proporcionar para aprimoramento do protocolo existente, no sentido de garantir maior celeridade, eficiência e eficácia em casos dessa natureza?

R.: Desconheço.

15. Caso a resposta à questão anterior informe que não existe protocolo padrão para casos dessa natureza, que contributos e lições podem ser fornecidas para criação do mesmo?

R.: Poderia ser utilizado os ensinamentos colhidos e os protocolos gerados durante a operação pela Ministério da Saúde para atender as próximas atuações em tempos de calamidade.

16. Sob o seu ponto de vista, a atuação da FAB na Operação COVID-19, pode ser considerada como um caso de sucesso?

R.: Sim. A FAB atuou de forma inédita em transporte de pacientes com COVID, especialmente nos casos leves e moderados, em aviões de transporte de passageiros adaptados, com fornecimento de oxigênio para todos os bancos da aeronave no período de até 6 horas para cada enfermo. Além disso, efetuou o transporte de Oxigênio Líquido nas aeronaves KC-390, que ainda não eram homologadas para tal, tendo sido realizada adaptação e homologação em tempo recorde para atender às demandas.

No pátio da Ala 8, foram executadas diversas missões de transporte de isocontainers de Oxigênio, cilindros e pacientes de forma simultânea para o cumprimento da missão, por isso eu julgo ter sido sucesso.

17. O Sr. gostaria de apontar outras questões, aspetos e/ou considerações acerca da atuação da FAB na Operação COVID-19?

R.: Para o atendimento às próximas calamidades e desastres naturais, tenho como sugestão que o MD e o COMAE desloquem para o cenário de crise seus representantes que atuem com poder de decisão para agilizar o trâmite burocrático de documentos em meio à crise.

Eu trabalhei como um elo que não era previsto na cadeia de elos. Na época da crise, eu estava saindo da minha função, então fui para o Gabinete de Crise estabelecido no Centro Integrado de Coordenação e Controle, cuja função principal era realizar a coordenação entre todos os órgãos de Estado, o Ministério da Saúde e as Forças Armadas. Eram realizadas duas reuniões diárias num gabinete de crise, quando eram delegadas todas as ações a serem adotadas, bem como, eram verificadas as necessidades de cada órgão, especialmente aquelas relativas ao transporte de oxigênio, transporte de pacientes, entre outras. Os militares que trabalhavam no CICC recolhiam as informações da lista de pacientes e encaminhavam ao COMAE. Ressalto que esta estrutura do CICC não existia à altura e não existe mais na atualidade, tendo sido criado somente naquele momento, a partir do dia 8 de janeiro de 2021, para atuar como elo entre os Órgãos Governamentais e o Comando Conjunto Amazônico.



Apêndice E – Entrevista Capitão Aviador Danilo (COMAE)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	DANILO Silveira da Costa
Posto (se aplicável):	Capitão
Cargo/Função:	Planeador de Operações Aéreas
Local (se aplicável):	COMAE
Data:	26MAR2022
Hora de início e fim (se aplicável):	06:35h – 08:35h

Quadro 12 – Guião da entrevista do Capitão Aviador Danilo

GUIÃO DA ENTREVISTA
01. A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Na sequência, o Ministério da Defesa (MD) aprovou a Diretriz Ministerial de Planeamento n.º 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, regulamentando o emprego das Forças Armadas Brasileiras (FFAA) na atuação conjunta com o Governo Federal com o objetivo de mitigar as consequências do surto do novo Coronavírus. A partir de então, a 20 de março de 2020, iniciou-se a OPERAÇÃO COVID-19, tendo sido ativado o Centro de Operações Conjuntas (COC), em Brasília, para atuar na coordenação e no planeamento do emprego das FFAA no combate ao vírus. Nesse viés, como foi a atuação do COMAE na Operação COVID-19? R.: O COMAE cumpriu o papel de Comando Operacional para cumprimento de tarefas de Força Aérea. O MD cumpriu o papel estratégico nesta operação, definindo as demandas em que seria necessário o apoio da FAB. O COMAE transformava estas demandas em missões militares. Um exemplo de demanda seria a necessidade de transporte de O₂ líquido da cidade de Brasília para a de Manaus, enquanto um exemplo de missão militar seria a designação da aeronave KC-390 para decolar e pousar em determinado horário e de posse de todo o apoio necessário à realização do transporte, tanto na origem, quanto no destino.
02. Durante os anos de 2020 e 2021, que funções relacionadas à Operação COVID-19 o Sr. desempenhou? R.: Trabalhei no planeamento dos voos solicitados pelo MD, no acompanhamento e acionamento de missões de transporte aéreo logístico e no acompanhamento e acionamento de missões de busca e salvamento.
03. Quais as principais características da atuação da FAB na Operação COVID-19, no que diz respeito à coordenação das atividades, na visão do COMAE? R.: As atividades do COMAE na operação COVID-19 poderiam ser sintetizadas da seguinte maneira: ao receber a demanda do MD, que já vinha com peso de ordem de acionamento, o COMAE realizava um planeamento de missão, em que levantava os óbices e necessidades operacionais. Então, emitia as ordens necessárias para o atendimento das demandas aos elos táticos. Acompanhava a execução das missões militares em nível de supervisão. E, por fim, recebia dos elos táticos o relatório de execução das missões, para controlos e análises.
04. As Nações Unidas possuem um protocolo de atuação para casos de atuação em ações humanitárias. Sob a ótica do <i>Recommended Practices for Effective Humanitarian Civil-Military Coordination of Foreign Military Assets (FMA) in Natural and Man-Made Disasters</i> (2018), do <i>United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>, um dos documentos de referência, “a estrutura de ação é baseada em cinco áreas focais que delineiam as fases e fornecem os guias componentes das ações humanitárias civil-militares num contexto internacional. Estas fases são: <u>Preparação, Projeção, Emprego, Transição, Monitoramento e Avaliação</u>”. Nesse sentido, o Sr. diria que é possível caracterizar cada uma dessas fases na atuação da FAB na Operação COVID-19? Caso positivo, como o Sr. caracterizaria cada uma delas no período considerado? R.: Estas ações caracterizam todas os níveis de ação de uma operação, entretanto a FAB participou apenas nos níveis Operacional e Tático. O nível estratégico ficou a cargo do MD e ainda havia, tendo em vista o caráter específico desta operação, grande participação do Ministério da Saúde (MS), na elaboração dos objetivos e alguns requisitos de execução. Ainda, é importante lembrar que se trata de uma Operação Conjunta, ou seja, a FAB foi apenas uma ferramenta entre outras. Por isso, pontuarei o que, na minha percepção, ficou a cargo da FAB na operação. <u>Preparação:</u> A preparação, no escopo da FAB, se deu nas atividades e capacitações realizadas ainda mesmo antes da operação, para que houvesse meios de Força Aérea prontos para serem empregados. <u>Projeção:</u> A projeção se dava nas fases de planeamento de missão, ao buscar a adequação das demandas recebidas com os objetivos da operação. Assim, verificava-se a pertinência da missão militar da FAB. A nível operação, esta parte ficou a cargo dos órgãos estratégicos, como MD e MS.



Emprego: O emprego era a fase mais visível, com a utilização de pessoal especializado e aeronaves nas missões militares. Acontecia com a emissão de ordens de missão (Ordens fragmentadas – OFRAG) pelo COMAE e execução pelos elos táticos (Unidades Aéreas e de Infantaria).

Transição: Esta parte ficou a cargo dos órgãos estratégicos, como MD e MS, pois se refere à passagem das incumbências externas (militares) aos elos locais, responsáveis primários pela execução das atividades corriqueiras.

Monitoramento: Embora houvesse monitoramento das ações da FAB, no contexto geral da operação esta parte também ficou a cargo dos órgãos estratégicos, como MD e MS.

Avaliação: A avaliação realizada pela FAB se deu em nível operacional e tático, buscando uma melhor atuação nas próximas demandas. Mas a avaliação a nível operação ficou a cargo dos órgãos estratégicos, como MD e MS.

05. Entre a ativação da Operação COVID-19 e o início efetivo da atuação da FAB na mesma, houve um interregno de poucos dias. Nesse viés, como ocorreu o planejamento, a coordenação e a operacionalização para a efetividade do apoio?

R.: A Força Aérea mantém o monitoramento de seus meios aéreos e capacidades de execução de tarefas de Força Aérea. Assim, não houve grandes movimentos preparatórios. No primeiro momento, houve uma mobilização de meios aéreos para a região central do Brasil, com o objetivo de aumentar a capacidade de atuação imediata. Quando a operação teve início, de facto, os meios foram adequados às demandas reais, e não às esperadas, e a operação passou a ocorrer com maior fluidez.

06. Como se caracterizou a interação do COMAE com os Órgãos da Administração Pública Federal durante a Operação COVID-19?

R.: Havia interações por telefone, mas apenas para levantamentos preliminares e bastante para coordenação das missões, no sentido de não haver desencontros. A maior parte das comunicações interagências se dava no âmbito dos Comandos Conjuntos (regionais) e do MD. A comunicação formal entre o COMAE e as demais agências se dava via MD.

07. Além do COMAE, do Centro de Operações Conjuntas (COC), do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) e dos 10 (dez) Comandos Conjuntos (CCj), que outras Unidades da FAB atuaram na operação?

R.: As Unidades subordinadas operacionalmente ao COMAE, como elos executores (táticos).

08. Como se caracterizou a interação do COMAE com o Centro de Operações Conjuntas (COC), com o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) e com os 10 (dez) Comandos Conjuntos (CCj) durante a Operação COVID-19?

R.: As demandas eram percebidas nas unidades de saúde. Estas organizações de “linha de frente” passavam suas necessidades aos CCj, que faziam um primeiro filtro para adequação às capacidades das FFAA em apoiá-las. Os CCj passavam, então, ao MD, via documental, as necessidades das organizações de saúde. O MD fazia um segundo filtro, com análise de custos também, e, após, encaminhava ao COMAE a demanda, já em caráter de acionamento de missão. O COMAE fazia a gestão operacional e delegava a alguma unidade da FAB a execução da missão. Diariamente o MD acompanhava a realização das missões, e o COMAE também. Ambos faziam, em seu escopo, o controle das missões realizadas.

09. Em janeiro de 2021, o Amazonas vivenciou a situação mais crítica em relação aos efeitos da COVID-19. Tal fato foi noticiado pelos diversos meios de comunicação, apresentando, não só o elevado número de mortes, como também, a extrema falta de insumos necessários ao combate e tratamento dos pacientes, especialmente, o oxigênio. Nesse momento, a Operação COVID-19 já contava com quase 1 ano de ativação. No entanto, dada a situação muito mais delicada, foi necessário intensificar as ações ou alterar e adaptar procedimentos que já vinham sendo executados? Em caso positivo, de que forma ocorreram essas alterações e/ou adaptações?

R.: Houve a necessidade de viabilizar o transporte de O₂ líquido. Isso exigiu estudo de risco e consolidação de protocolos para este tipo de logística. O mesmo aconteceu com a necessidade de transporte de pacientes com diferentes níveis de gravidade de desenvolvimento de COVID-19. Para isso, foi necessário realizar adaptações nas aeronaves da FAB que inicialmente não possuíam protocolos consolidados para transportes dessa natureza. Cabe frisar que foram realizadas análises técnicas para ambas as situações e, ao término, verificou-se um grande sucesso nessas operações.

10. Quais os principais constrangimentos constatados pelo COMAE na Operação COVID-19?

R.: A interoperabilidade e operações interagências tem características bastante peculiares. Entender como outras agências trabalham não é algo trivial. É um grande desafio à comunicação, quando as visões de mundo, ou as prioridades, não são as mesmas. Assim, o principal óbice foi ter missões pré-concebidas em outros órgãos para a execução pela FAB. As demandas precisavam ser definidas sem influência das expectativas de atendimento, em especial em relação aos meios utilizados, para que a interoperabilidade seja atingida na plenitude. Isso, entretanto, não foi atingido em todos os casos.



11. Quais as principais características inerentes ao adestramento e à preparação operacionais da FAB em suas atividades rotineiras, que o Sr. julga que foram essenciais para o sucesso da atuação na Operação COVID-19? R.: A formação e a manutenção operacionais do efetivo da FAB se mostraram adequadas à realidade vivida na operação COVID-19. Isso se dá nos voos de treinamento e emprego de meios aéreos, e nas instruções de meios terrestres. A existência de um Comando Conjunto permanentemente ativado (COMAE) também se mostrou importante, no sentido de acostumar a Força a operar com outras Forças e agências.
12. Os cálculos relativos ao fornecimento dos insumos necessários ao apoio à Operação COVID-19 eram feitos pelo COMAE ou pelas demais Unidades integrantes da estrutura de apoio? R.: Os custos logísticos e as necessidades de contratos de infraestrutura são responsabilidade do Comando Geral de Apoio (COMGAP). O COMAE, se encarrega apenas de coordenar para que não haja missão acionada sem o fornecimento do apoio necessário ao cumprimento, mas não faz as contratações, que em geral ficam a cargo do COMGAP e do Comando de Preparo (COMPREP).
13. Foi solicitado pelo COMAE que os Comandos Conjuntos, ou as Unidades Subordinadas aos mesmos, durante a Operação COVID-19, produzissem relatórios para tratamento de dados e arquivo pelo COMAE? R.: Não havia organizações subordinadas aos CCj. O COMAE só solicitava relatórios de cumprimento de missão pelos seus elos executores (táticos), como unidades aéreas e de infantaria. A análise e a geração de relatórios gerais, ficava a cargo do COMAE.
14. Além dos CCj, do COMAE e do CCLM, foi necessária a criação ou o estabelecimento de outra(s) estrutura(s) no intuito de garantir a eficiência e a eficácia das ações executadas no âmbito da Operação COVID-19? R.: Apenas do COC, no MD. No âmbito da FAB, não.
15. Existe um protocolo padrão, regulamentado pelo COMAE, ou por outro Órgão, para ativação das estruturas e execução das atividades nos casos de Operações de Suporte e Operações Humanitárias em que haja atuação da FAB? Caso positivo, pede-se que sejam esclarecidas duas questões: a) De que forma a informação é difundida para as unidades que atuam na estrutura de operações dessa natureza, quer operacionalmente, quer nas atividades de apoio? b) Que contributos a experiência vivenciada pela FAB na Operação COVID-19 pode proporcionar para aprimoramento do protocolo existente, no sentido de garantir maior celeridade, eficiência e eficácia em casos dessa natureza? R.: As operações que empregam as forças armadas como apoio, de qualquer natureza, são acionadas pelo Ministério da Defesa, via portaria ministerial. Geralmente são motivadas por decretos da Presidência da República. A ativação das estruturas de operação é regida por procedimentos previstos em documentação também do MD, e hoje já usufruem de um estado mais maduro de consolidação. Por isso, não há grandes dificuldades para ativação de operações. As unidades, que executam as tarefas táticas designadas pelo COMAE, se mantêm em estado de prontidão constante, assim como o próprio COMAE opera em regime de Operação durante todos os dias do ano. Assim, uma ativação de operação acarreta aumento no volume de ordens emitidas durante o seu período de ativação, apenas, e não em procedimentos diferentes. Sobre o contributo da Operação COVID-19, destaca-se a importância de praticar procedimentos para manter bom padrão de execução (treinamento), assim como a interação com organizações de natureza diferente. Não é rotineira a operação motivada por órgãos de saúde, o que ajudou a desenvolver características de operações interações no efetivo evolvido com a operação.
16. Caso a resposta à questão anterior informe que não existe protocolo padrão para casos dessa natureza, que contributos e lições podem ser fornecidas pelo COMAE para criação do mesmo? R.: Nada a referir.
17. Sob o ponto de vista do COMAE, a atuação da FAB na Operação COVID-19, pode ser considerada como um caso de sucesso? R.: Certamente é um caso de sucesso, do ponto de vista dos objetivos da operação. Os apoios aos órgãos de saúde foram prestados com segurança e efetividade.
18. O Sr. gostaria de apontar outras questões, aspectos e/ou considerações acerca da atuação da FAB na Operação COVID-19? R.: Há oportunidade para a consolidação e documentação dos procedimentos utilizados para possibilitar os apoios de saúde nas aeronaves que não cumpriam a totalidade dos tipos de missão demandados na operação, no sentido de se realizar uma boa gestão do conhecimento desenvolvido. Há também oportunidade para registrar e aprofundar a interoperabilidade, através da confecção de manuais ou <i>folders</i> que auxiliem os demandantes de missão a respeito dos tipos de apoio que a FAB pode prestar em cada tipo de missão (transporte de cargas perigosas, como O₂ líquido, transporte de enfermos em diferentes graus de suporte à vida, e até outras possibilidades de apoio à defesa civil, por exemplo).